



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental**

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Acácio Tarciso Moreira de Melo

**AÇÃO COLETIVA ENTRE ASSENTADOS DA REFORMA
AGRÁRIA**

**O grupo de mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, município
do Acará/Pará**

**Belém
2010**

Acácio Tarciso Moreira de Melo

**AÇÃO COLETIVA ENTRE ASSENTADOS DA REFORMA
AGRÁRIA**

**O grupo de mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, município
do Acará/Pará**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador Professor Dr. Heribert Schmitz

**Belém
2010**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

Melo, Acácio Tarciso Moreira de.

Ação coletiva entre assentados da reforma agrária: o grupo do mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, Município do Acará / PA / Acácio Tarciso Moreira de Melo; orientador, Heribert Schmitz. - 2010.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2010.

1. Reforma agrária – Acará (PA). 2. Assentamentos humanos – Acará (PA). I. Título.

CDD – .ed.22. 333.31815

Acácio Tarciso Moreira de Melo

**AÇÃO COLETIVA ENTRE ASSENTADOS DA REFORMA
AGRÁRIA**

**O grupo de mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, município
do Acará/Pará**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Heribert Schmitz – Orientador/Componente interno
Doutor em Sociologia Rural, Extensão Rural e Comunicação.

Prof^a. Dr^a. Noemi Sakiara Miyasaka Porro – Membro / Componente interno
Doutora em Antropologia Social

Prof. Dr. Luis Fernando Cardoso e Cardoso – Membro/ Componente externo
Doutor em Antropologia Social

Prof^a. Dr^a. Dalva Maria da Mota – Membro/ Suplente
Doutora em Sociologia

Dedico esta dissertação aos meus exemplos de vida, Sr. Carlos Alberto Moreira de Melo (*In memória*) e Sr^a. Cecília Rodrigues de Melo que estiveram comigo em todos os momentos quer bons ou difíceis e sempre me estimularam a dar este passo. E, a Ana Cecília Freitas Moreira de Melo, minha filha, continuidade desta geração.

AGRADECIMENTOS

Agradecer segundo o dicionário Aurélio significa demonstrar gratidão. Nesse sentido é que exponho meus agradecimentos àqueles que contribuíram direta ou indiretamente na construção deste trabalho. Apesar dessas poucas linhas não corresponderem à tamanha gratidão.

Meu maior agradecimento é dirigido a meus pais Sr. Carlos Alberto Moreira de Melo (*In memória*) e Sr^a. Cecília Rodrigues de Melo, por terem sido o contínuo apoio em todos estes anos, ensinando-me, principalmente, a importância da construção e coerência de meus próprios valores. Agradeço a estas duas pessoas por terem sido pais de muita dedicação e sabedoria, fonte de inspiração e apoio e por sempre me incentivarem na busca do crescimento, em especial ao meu pai por ter me conduzido no caminho da agronomia, e ter insistido para que eu persistisse cada vez mais. Por seu apoio incondicional, mesmo em momentos que não concordasse com a trajetória por mim decidida a seguir. E de forma muito carinhosa, à minha mãe por sua compreensão durante o período de construção deste trabalho, e por acreditar na capacidade da realização desta dissertação.

Às famílias dos agricultores do Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira que sempre estiveram na luta, em especial a Raimundo de Vasconcelos Cunha (Louro). Aos que participaram da pesquisa, pois sem eles nenhuma dessas páginas estaria completa, ou teriam o mesmo significado. Agradeço-lhes pela permissão de traduzir em palavras sua singular experiência de vida coletiva, que foi indubitavelmente o elemento propulsor deste trabalho. E, às famílias dos agricultores dos assentamentos Luis Lopes Sobrinho, Calmaria II, e Olho D'Água II pelas lições com elas aprendidas.

Ao Professor Doutor Heribert Schmitz, meu amigo e orientador, que desde as primeiras trocas de idéias, em 2007, no Restaurante Hotel Beira Rio, demonstrou tamanho entusiasmo pelo tema que pretendia vir a pesquisar e que, posteriormente, me encaminhou para o objeto de estudo tratado nesta dissertação. Pelo estímulo e embasamento teórico sem o qual esta dissertação dificilmente teria seguido o rumo que teve. Por suas críticas que me obrigaram a refletir mais sobre determinados aspectos; por suas sugestões, e disponibilidade relevantes durante a orientação.

Aos meus familiares em especial a minha querida avó Zilda Ribeiro Prado (agricultora do município de Curuçá), pelo zelo a mim dispensado durante toda minha vida. A minha filha Ana Cecília Moreira por seu cuidado e carinho, e aos meus irmãos: Elizabeth Coral, Maria

Evangelina Melo, Carlos Moreira Filho, Felinto Moreira, Maria Cecília Moreira, Tadeu Moreira, Maria Goreti Melo, Maria Eugenia Moreira de Melo e Maria Chiara Melo, os quais, em muitos casos, mesmo não compreendendo o meu modo de vida, sempre me deram amor e força, valorizando meus potenciais. E as minhas primas Conceição Menezes e Bernadete Menezes por suas contribuições relevantes na compreensão da realidade aos quinze anos de idade, o que fortaleceu minhas percepções.

Ao meu amigo Aldrin Benjamin por sua enorme contribuição, a qual foi fundamental para que conseguisse chegar ao final, ajudando-me a pensar o trabalho acadêmico com rigor e disciplina, sem o que este trabalho não teria sido escrito, e que permaneceu ao meu lado, muitas vezes de forma incondicional.

A Liliane Freitas que desde o início esteve comigo, apoiando-me nas fundamentações básicas. Seu apoio certamente foi decisivo para iniciar o caminho, e com quem pude contar nas experiências junto ao mestrado.

A esses dois grandes amigos a minha profunda gratidão por suas sugestões aos manuscritos e às sucessivas revisões do texto, cujas eventuais falhas, inteiramente responsabilidade do autor, teriam sido mais numerosas não fosse por suas críticas constantes e contundentes.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por proporcionar uma bolsa de estudo que foi importante para a concretização do curso de mestrado.

Aos professores do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), em especial a William de Assis, Osvaldo Kato, Noemi Porro e a Dalva Mota. Aos demais servidores do NEAF, em especial ao Rodrigo Virgolino, Jonisson Côrrea e Vera Fadul, pelo apoio em vários momentos. Aos colegas do mestrado da turma de 2008 pela excelente relação pessoal que criamos momentos vivenciados e trocas de conhecimentos, em especial àqueles que por alguma razão não conseguiram chegar ao final do curso. Agradeço à Rosa Cruz, pela equipe, lealdade e amizade construída.

Aos amigos: Paulo Albuquerque, Reinaldo Silva, Benito Calzavara, Cristina Dib' Taxi, Romier Sousa Rosana, Simone Contente, Vanderely Padilha, Silvana Garcia, Silvana Benasuly, Afonso Granhen, Ruth Granhen, Jaqueline Botelho, Arquimedes Leopoldino, Andreia Gonçalves, Rafael Silva, Francisco Almeida, Walter Santos, Giorgio Venturieri, Maria Augusta Costa, Carlos Sérgio Silva, Manuel Amaral, Fernando Favacho, Hadriel Favacho, e aos amigos constituídos no assentamento estudado.

À Iolanda Deise, minha professora da 6^o série (atual 7^o ano) que me mostrou “o outro lado do muro”.

Àqueles que me ajudaram, de alguma forma, no percurso desses dois anos e, principalmente, a seguir adiante com a escritura, sem perder o que pulsa, o que vibra, agradeço imensamente.

A todos aqueles que se dedicaram na luta pela reforma agrária, muitos dos quais “pagaram” com sua própria vida. Em especial, ao Sr. Benedito Alves Bandeira (*In memóriam*).

A José Luiz e Rosa Sunderman que foram assassinados por organizarem assalariados rurais em São Paulo e a Gildo Rocha assassinado pela Polícia Militar do distrito federal numa greve de garis.

“A vida é bela que as gerações futuras a limpe de todo mal.”

Leon Trostki

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo das estratégias coletivas desenvolvidas pelos agricultores familiares assentados no projeto de assentamento da reforma agrária Benedito Alves Bandeira (BAB), no município do Acará, Estado do Pará, a partir da prática do mutirão. A pesquisa foi realizada no período de junho a novembro de 2009 e no mês de janeiro de 2010. A metodologia constou de abordagens qualitativas e quantitativas, tendo como principais procedimentos: revisão de literatura, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, observações e levantamento de dados secundários. Os resultados mostram uma forma peculiar de ação coletiva, na qual um grupo (10% do total dos assentados) engajado na prática de mutirão assumiu a direção da associação que gerencia o assentamento em geral. Contribuiu para isso, o fato de que o grupo do mutirão, na sua prática, não tratou apenas de questões relacionadas à produção, como é comum nos mutirões, mas também das ações políticas, econômicas e sociais do assentamento. Enquanto muitos estudos sobre assentamentos da reforma agrária apontam a resistência dos assentados à produção agrícola coletiva, promovida especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a experiência analisada mostra a aceitação do trabalho coletivo de um grupo de assentados reunidos pelo mutirão para a produção agrícola. Foram identificados os seguintes fatores que favoreceram esta forma de trabalho: a) um preparo anterior dos líderes pela igreja católica; b) a realização voluntária da atividade; c) o dono do lote administra as atividades do mutirão; d) os próprios usuários definem as regras, e; e) o tamanho do grupo. A experiência do trabalho coletivo nos lotes orienta também as ações realizadas pela associação, cujas reuniões acontecem de forma rotativa nas casas onde são realizados os mutirões. Apesar do exemplo dessa prática utilizada no assentamento desde o início de sua criação, há resistências dentro e fora do mesmo à gestão do grupo de mutirão frente à associação, caracterizadas por interesses individuais e jogos de poder dos adversários, envolvendo até órgãos governamentais. Este estudo contribuirá para a compreensão das estratégias de reciprocidade que facilitam a ação coletiva entre assentados no nordeste paraense articulando dois fenômenos: a pouca probabilidade da cooperação, segundo a lógica da ação coletiva (Olson, 1965) que questiona a disposição de um grupo de se engajar para os objetivos comuns, e a promoção da cooperação por meio de estruturas de reciprocidade.

Palavras chave: Ação coletiva. Assentamento. Reciprocidade.

ABSTRACT

This paper aims to study the collective strategies, or 'mutirão' (mutual-aid effort), developed by small farmers settled on the agrarian reform settlement called Benedito Alves Bandeira (BAB) in the municipality of Acará, Pará State. This research was carried out from June to November 2009 and in January 2010. The methodology included qualitative and quantitative approaches, the main procedures being: a literature review, structured and semi-structured interviews, observations and secondary data collecting. The results show a peculiar form of collective action, whereby a group (10% of the settlers) engaged in mutual-aid effort practices took over the association that manages the settlement as a whole. This was added by the fact that the 'mutirão' group, in practice, did not just address production-related issues, as is common in mutual-aid efforts, but also settlement-related political, economic and social actions. While many studies on land reform settlements point to the settlers' resistance to collective farming, especially promoted by the Landless Workers Movement (MST), the analyzed experience shows the acceptance of the collective work of a group of settlers gathered around the 'mutirão' and aiming at agricultural production. The following factors that favored this type of work were identified: a) a previous preparation of leaders by the Catholic Church; b) voluntary performance of activities; c) the owner of the plot manages the 'mutirão' activities; d) the users themselves define the rules; and e) the size of the group. The experience of collective work in the three plots studied hereby also guides the actions taken by the association, whose meetings are held in rotation in the homes where the 'mutirão' is to be held. Despite the example provided by this type of practice used in the settlement since the beginning of its creation, there is resistance both inside and outside the settlement against the association, characterized by individual interests and the quest for power of opposing sides, which involves even government agencies. This study will contribute to understanding the strategies of reciprocity that facilitate collective action among settlers in Northeastern Pará State linking two phenomena: the little probability of cooperation, according to the logic of collective action (Olson, 1965) that questions the willingness of a group to engage in common goals; and, the promotion of cooperative work through reciprocity-based structures.

Keywords: Collective action. Settlement. Reciprocity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa de localização do Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira (PA BA)	15
Figura 02: Concentração Fundiária - Índice de Gini - INCRA e IBGE	43
Quadro 01- Informações sobre a localização das comunidades católicas nas quais residiam as famílias das lideranças do Grupo do Bujaru	54
Figura 03 - Família do Sr. Nito em sua casa, a que serviu de abrigo aos primeiros membros do grupo do mutirão.....	55
Quadro 02 - Membros da fase 1 do grupo do mutirão do PA BAB	59
Quadro 03- Calendário das atividades agrícolas desenvolvidas através de mutirão no PA BAB.....	60
Figura 04 - Sr. Arthur, apresentando seu plantio de açaí (<i>Euterpe oleracea</i>).....	62
Quadro 04 - Membros da fase II do grupo do mutirão do PA BAB	64
Quadro 05- Composição dos Grupos para a realização da troca de trabalho.	65
Figura 05 - Escola construída no PA BAB, fruto da mobilização coletiva dos agricultores ..	67
Figura 06 - Sede atual da APRABAB no PA BAB, construída em 2007.....	67
Quadro 06 - Síntese de informações a respeito dos membros do Grupo do Mutirão no BAB70	
Figura 07 - Área de 900ha de pasto dos gerenciado coletivamente pela APRABAB	73
Quadro 07- Grupos existentes na disputa pela área de pasto.....	76

LISTA DE SIGLAS

APRABAB	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Benedito Alves Bandeira
ATER	Assistência Técnica Rural
ATES	Assistência Técnica Social e Ambiental
BAB	Benedito Alves Bandeira
BASA	Banco da Amazônia S. A
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CIFOR	Centro de Pesquisa Florestal Internacional
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
FUNRURAL	Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
GEBAM	Grupos Executivos de Terras do Baixo Amazonas
GETAT	Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins
GTNA	Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Florestal da Amazônia Oriental
IAAM	Instituto Agroecológico da Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MAFDS	Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PA	Projeto de Assentamento
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIN	Programa de Integração Nacional
PM	Policia Militar
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROMANEJO	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SR	Superintendência Regional
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	20
2.1 A ESCOLHA DO CAMINHO	20
2.2 A ESCOLHA DO CAMINHAR: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAIS	22
2.3 A AMOSTRA E O PERÍODO DA PESQUISA	24
2.4 AS DIFICULDADES DO CAMINHO:AS CONDIÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO	24
2.5 OBJETIVO GERAL	25
2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	27
3.1 A DADIVA E RECIPROCIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS	27
3.2 A AÇÃO COLETIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS	31
3.3 A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	35
4 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL	40
4.1 A REFORMA AGRÁRIA QUE NUNCA SAIU	40
4.2 O SIGNIFICADO DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTO NA AMAZÔNIA	44
4.3 A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO BENEDITO ALVES BANDEIRA	48
5 DA ORGANIZAÇÃO À PRÁTICA OU DA PRÁTICA À ORGANIZAÇÃO? O CASO DO MUTIRÃO DO BAB	53
5.1 A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA FORMAÇÃO DO GRUPO	53
5.2 O GRUPO DO MUTIRÃO: A PRÁTICA COLETIVA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	58
5.3 O GRUPO DO MUTIRÃO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ASSENTAMENTO: UMA EXTRATÉGIA COLETIVA	66
5.4 O PASTO COLETIVO: UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO COLETIVA EM UM ASSENTAMENTO RURAL	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOTAS CONCLUSIVAS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

1 INTRODUÇÃO

As práticas de atividades coletivas fazem parte do cotidiano dos agricultores familiares como mostram Lacerda e Malagodi (2007).

[...] como meio de solucionar os problemas estruturais e econômicos determinados pela falta de capital financeiro para realização das tarefas de trabalho do seu dia-a-dia como plantio, limpa, colheita, construção e reforma de cercas, dentre outras atividades. [...] trabalhadores por necessitarem de força de trabalho superior a disponível na unidade familiar e não dispor de recursos financeiros que os possibilite pagar por esta força de trabalho, lançam mão da permuta entre outros que se encontram na mesma situação (LACERDA; MALAGODI, 2007, p. 7-8).

Segundo Sabourin (2005), a mobilização coletiva das organizações e das redes dos agricultores pode seguir duas orientações. A primeira delas seria o desenvolvimento de um sistema de simples troca baseado na relação com o sistema capitalista de produção. A segunda forma fortaleceria a reprodução e as relações sociais de reciprocidade. Em seu trabalho, defende que esses valores humanos não são dados culturalmente ou socialmente inseridos nas estruturas simbólicas e nas representações; são, ao contrário, construídos e reproduzidos pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade. Sob este olhar espera-se compreender os elementos do contexto social, econômico e ambiental que contribuem para a criação e manutenção da prática do mutirão¹ no Projeto de Assentamento Rural Benedito Alves Bandeira (PA BAB) localizado no município do Acará, Nordeste do estado do Pará, distante cerca de 150km (cento e cinquenta quilômetros) da capital Belém. A seguir, a figura 1 mostra a localização do PA BAB em relação às sedes dos municípios da região.

¹ Segundo Abramovay (1981, p.41) o mutirão é: “uma relação de troca que aparece como relação de ajuda mútua, uma manifestação de solidariedade, de unidade e de comunhão do grupo que repousa sobre a troca simples de trabalho, sobre o princípio da reciprocidade”. Neste estudo o termo Mutirão refere-se não apenas ao que define esse autor, mas conforme será exposto mais adiante a um grupo de agricultores (Grupo do Mutirão) cujas atividades por eles realizadas em coletivo são relativas ao trabalho e ações políticas.

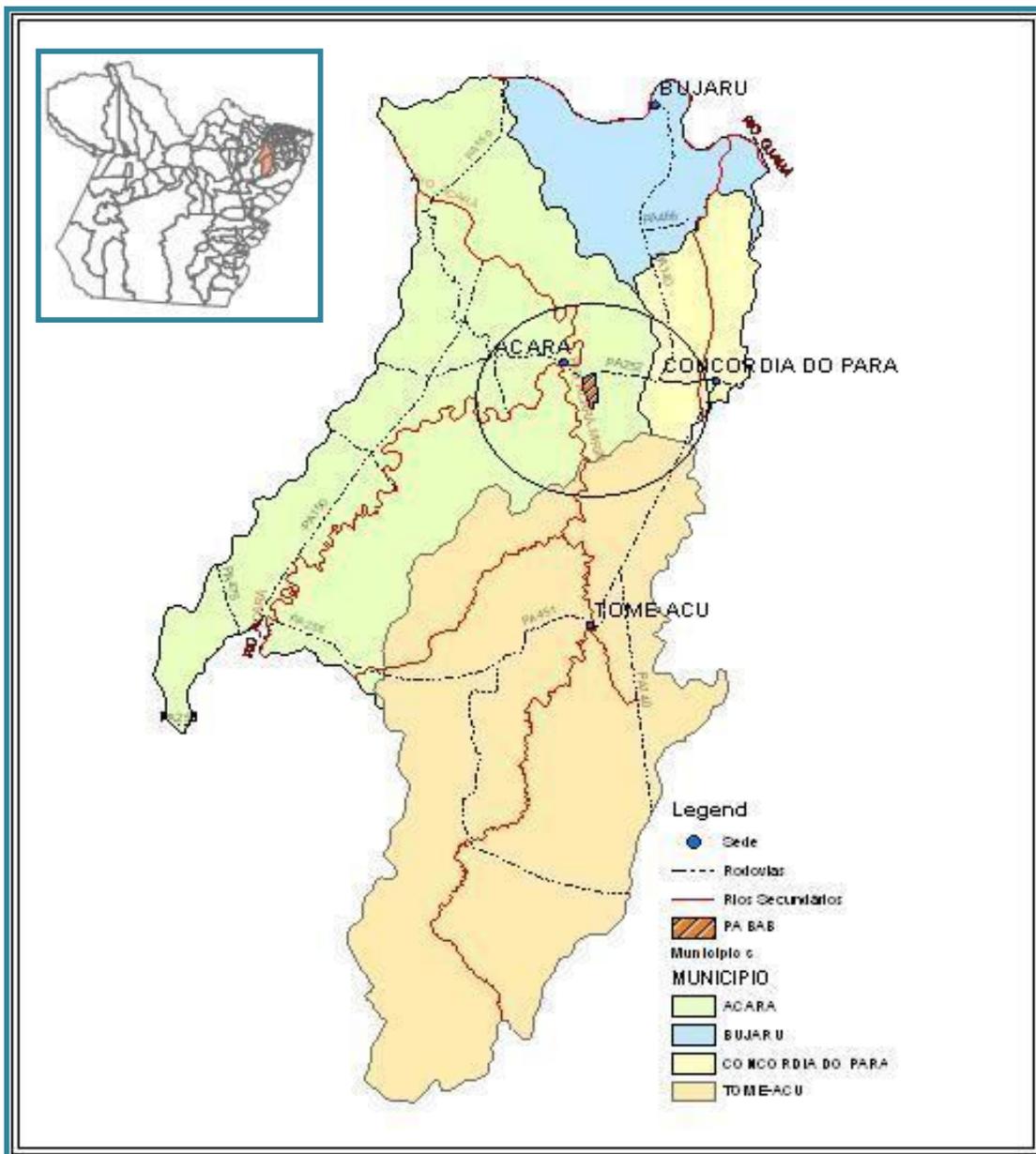


FIGURA 03: Mapa de localização do Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira (PA BAB).

Fonte: Benjamin, 2010.

O problema agrário brasileiro tem sido ponto de discussão há muitos anos, em especial devido aos constantes conflitos noticiados pela mídia, quase sempre associados à disputa pela posse da terra. Essa situação, já histórica no Brasil, tem levado a sociedade a discutir acerca do modelo de desenvolvimento proposto para o campo. Atualmente, observa-se que tanto o governo, quanto os movimentos sociais² ligados à temática do campo discutem

² Touraine (1994:254): Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. (...) ele visa sempre à realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que á vitória sobre um adversário social.

os problemas no modelo de reforma agrária praticado pelo Estado em suas políticas e programas de reforma agrária (MEDEIROS, 1995), em especial, através da criação e gestão dos projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que adquiriu um papel de grande destaque entre as políticas públicas atualmente em vigor. Apesar do reconhecimento das falhas do modelo, tem-se ampliado o programa de reforma agrária e as intervenções fundiárias para resoluções de conflitos³ no campo, sem, contudo, chegar a um consenso quanto à necessidade de mudança. Nota-se, entretanto, que, apesar dos problemas da simples expansão do programa de reforma agrária, a situação gerada nas áreas de assentamento rural tem sido suficiente para colocar em debate sua eficácia e sustentabilidade, gerando novas políticas de reordenamento fundiário (BUANAIN; SILVEIRA; TEÓFILO, 1998) e desenvolvimento territorial, em que o estudo das formas de organização dos agricultores torna-se imprescindível.

Segundo Martins (2003), as práticas coletivas em áreas de assentamento rural, que são bastante comuns nos períodos da ocupação e do acampamento⁴, diminuem geralmente após a divisão dos lotes entre os assentados. Entretanto no PA BAB, apesar do tempo decorrido desde de sua existência (ciado no início dos anos 80), o mutirão continua a existir e se fortaleceu ao longo dos anos enquanto grupo social, motivado não apenas pelas questões de trabalho, mas pela participação nas decisões políticas no assentamento. Trata-se de uma prática coletiva motivada por sua importância na produção e no manejo coletivo dos recursos. Permite refletir sobre a pertinência e a eficácia da aplicação dessa estratégia em sua plenitude no desenvolvimento local.

Este trabalho se preocupa em estudar e explicar a emergência das estratégias coletivas desenvolvidas por agricultores familiares⁵ do PA BAB a partir da prática do mutirão. Para explicar essa questão foi analisado o processo de ocupação do território e a trajetória da organização dos assentados e a maneira como as estratégias coletivas dos agricultores familiares modificam o contexto da unidade de exploração familiar. Enquanto estudo de caso, a análise pretende verificar incidência política do grupo do mutirão nas

Uma luta reivindicadora não é por si mesma um movimento social; ela pode ser defesa corporativa, utilização da conjuntura sobre o mercado de trabalho e até pressão política. Para que ela se torne movimento social, é preciso que fale em nome dos valores da sociedade industrial e se faça sua defensora contra seus próprios adversários.

³O caso de Eldorado dos Carajás, Ver Novaes (2001)

⁴ Período em que as famílias estabelecidas na área esperam a sua desapropriação, sem previsão certa de que isso irá acontecer.

⁵ Utilizou-se esta categoria em razão de ser esta uma forma de organização produtiva, cujos critérios que orientam as decisões com relação à exploração agrícola não consideram apenas a produção/rentabilidade econômica, mas também os objetivos da família e suas necessidades (WANDERLEY, 1993), situação das famílias do PA BAB.

decisões do assentamento, assim como, entender o processo de produção e exploração econômica a partir das estratégias dos agricultores identificadas pela pesquisa de campo.

A referência empírica usada para o presente estudo reporta-se à reciprocidade, à organização social e às práticas coletivas no uso dos fatores de produção em área de assentamento rural. Como se trata de um assentamento, cuja complexidade se deu desde o início na disputa pelo território⁶, optou-se, então, em reconstituir o contexto histórico de ocupação e criação do assentamento sob a perspectiva da organização e da disputa pela terra. Essa diversidade e heterogeneidade das condições para a promoção de uma política de reforma agrária possibilitam refletir sobre a mudança social em contextos locais a partir de relações estabelecidas com o Estado e com a estrutura de poder local e suas mudanças ao longo dos anos.

Essas mudanças refletem a capacidade que os agricultores tem em se adaptar às diferentes condições impostas pelo meio social, econômico e ambiental. Para Giddens (1989), os indivíduos refletem a partir de sua realidade, graças a sua capacidade cognitiva, ou seja, analisam e teorizam a partir da realidade na qual estão inseridos. Em síntese, os atores no campo possuem conhecimento de suas ações (cotidiano) no processo de interação com os outros atores e com a estrutura social, ambiental e econômica.

Tal concepção será utilizada como base para avaliar a construção dos grupos sociais na disputa pelo desenvolvimento do assentamento, o que nos parece apropriado, por valorizar, acima de tudo, a perspectiva dos agricultores e de suas famílias, envolvidos nessas experiências de reforma agrária. Assim, algumas perguntas puderam ser feitas no desenvolvimento da pesquisa de campo sobre as condições e disposições dos assentados e suas famílias para a prática coletiva no assentamento, e sobre as possibilidades que essa experiência permitiu às pessoas em tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua sobrevivência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais. Quais condições foram indispensáveis para a constituição do mutirão? De que forma essas condições continuam a ser reproduzidas no contexto do assentamento permitindo que o mutirão continue a existir no assentamento como estratégia de sustentabilidade da economia familiar?

Ao tentar responder a estas questões abordaremos temas relacionados às práticas das organizações sociais e à reprodução dos valores humanos no meio rural, mais precisamente, no campo do desenvolvimento da agricultura familiar em área de assentamento

⁶ Ver Milton Santos, 1999.

rural. Observou-se que as estratégias de produção e organização desse tipo de agricultura familiar, no caso do assentamento BAB, estão ligadas, entre outros, a processos de ação coletiva e de inovação institucional (ABRAMOVAY, 2005; SABOURIN, 2005). Para entender a organização do mutirão como parte das estratégias de produção e organização social da agricultura familiar no PA BAB é importante compreender o processo histórico da formação da comunidade e dos grupos sociais em questão. Portanto o enfoque adotado privilegia não apenas análises do mutirão como estratégia coletiva de caráter familiar para atividades agrícola que formam a economia do PA BAB, mas também a atuação política dos grupos que dividem suas forças de trabalho entre o Grupo do mutirão e a associação.

Essas estratégias de reprodução social que as unidades familiares utilizam serão analisadas no contexto da integração com os grupos sociais na divisão do trabalho e nas decisões da comunidade no espaço da associação do assentamento, o que influencia não apenas os resultados da produção agrícola, mas também os recursos disponíveis às atividades agropecuárias e a relação com o mercado. Dessa forma, este trabalho pretende contribuir no debate sobre a agricultura familiar na Amazônia e as práticas coletivas, em especial no nordeste paraense. Para tanto, apresenta-se na terceira parte um referencial de análise que possibilita entender a estratégia de reprodução social dos grupos sociais existentes no assentamento BAB. Esta parte está dividida em três seções. Na primeira seção, discute-se a origem e a evolução do debate sobre a reciprocidade, em um contexto eminentemente relacionado à realidade das áreas de assentamento rural. Na segunda, procura-se situar as análises sobre as práticas coletivas no âmbito do mutirão e suas principais abordagens analíticas contemporâneas e indica-se o referencial teórico julgado adequado ao seu estudo. Na terceira seção, fez-se uma análise acerca da organização da agricultura familiar no âmbito das tradições teóricas clássicas dos estudos agrários, mostrando como esse fenômeno fora influenciado pela Igreja Católica. Apontam-se o conceito de reciprocidade tratado por Sabourin (1999; 2003) e a ideia de ação coletiva de Olson (1998) como conceitos úteis ao estudo das práticas coletivas.

Para compreender a realidade coletiva e sua interação com o indivíduo a partir dos referenciais adotados, fez necessário compreender o contexto histórico e social do assentamento, discutido na quarta parte desta dissertação, para, somente então, indicar as mudanças que ocorrem quando os membros da família optam por combinar a atividade agropecuária de forma coletiva. Neste sentido foi possível também estudar a influência da prática do mutirão sob os aspectos da estruturação do poder e hierarquia familiar.

Na quinta parte se discute o problema central deste trabalho – a relação entre o espaço socioambiental e grupo do mutirão a partir dos dados das entrevistas semiestruturadas realizadas no campo e das observações diretas. Embora os grupos não sejam homogêneos, ou totalmente harmônicos, tendo inclusive divisões internas, o ‘sentimento de grupo’ que os caracteriza lhes proporciona uma identidade social comum e uma lealdade bastante marcante. Por conta disto, Compartilhamos com Castells (1999) a ideia de que a comunidade (este ‘sentimento de nós’) configura uma identidade que é construída e cujo significado precisa ser desvendado. Este processo de construção e descoberta (caráter da identidade) está, neste caso, associado à necessidade de ser conhecido pelo grupo, ou pelos outros. Dessa forma, o mesmo grupo pode apresentar identidades múltiplas, e esta pluralidade é a fonte de tensão e contradição, tanto na autorepresentação, como na ação social. Trataremos aqui da identidade contida na ideia do comunitário partindo da prática do mutirão como estratégia organizativa. A última parte é destinada às considerações finais e notas conclusivas deste trabalho.

2 METODOLOGIA: OS PASSOS E O CAMINHO DA PESQUISA

2.1 A ESCOLHA DO CAMINHO

O tema da agricultura familiar no campo permanece desde muito entre minhas constantes inquietações. As experiências profissionais por mim vivenciadas sempre tiveram um forte envolvimento com os agricultores familiares da região do nordeste paraense. E, no cerne disso, as minhas investidas têm sido no sentido de contribuir para o fortalecimento dessa categoria. Diante das observações e constatações realizadas vividas e presenciadas durante vários anos de trabalho no PA BAB, e também outros assentamentos, tenho percebido que a mobilização dos agricultores familiares para com o trabalho coletivo tende sempre a um caminho com grandes fragilidades.

Desde os primeiros contatos com os agricultores assentados no PA BAB percebi que se tratava de um grupo diferenciado com relação às ações coletivas. Esse fato deixou-me ainda mais empolgado e intrigado quando passei a conviver mais intensamente o que possibilitou desvendar algumas das observações iniciais. Estava diante de uma rica experiência de mutirão vivenciada por alguns daqueles agricultores, cuja experiência pode-se atribuir a uma forma diferenciada desse tipo de organização. A título de comparação e exemplificação dessa constatação verificamos duas outras experiências de trabalho coletivo, em outros dois assentamentos, também localizados na região do Nordeste paraense. O primeiro é o caso do PA Luiz Lopes Sobrinho, localizado no município de São Francisco do Pará, e o segundo é o PA João Batista, localizado no município de Castanhal, em que no passado, em ambos os casos, a organização sociopolítica e de produção do assentamento eram feitas de forma coletiva. Atualmente, essas práticas já não mais fazem parte do cotidiano das pessoas que vivem nessas áreas.

No PA Luiz Lopez Sobrinho, os agricultores se organizavam coletivamente para o preparo da área no plantio do feijão, sendo neste caso o trabalho coletivo acionado apenas no preparo da área. No caso do PA João Batista, destaca-se aqui que esse assentamento é dirigido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a ação coletiva era totalmente orientada pela “direção” do movimento que determinava em que e como o trabalho seria executado. Já no caso do PA BAB tanto a organização dos trabalhos como as demais atividades a serem realizadas por eles são discutidas em reuniões coletivas nas quais são planejados e definidos os tipos de trabalho e os beneficiários.

A construção do objeto de investigação deu-se então a partir das constantes observações sobre esse tipo de organização, realizadas desde os primeiros trabalhos desenvolvidos em 2004 no PA BAB quando na condição de extensionista no âmbito da Assistência Técnica Rural (ATER) e em seguida na condição de Assistência Técnica Social Ambiental (ATES), junto ao Instituto Agroecológico da Amazônia (IAAM) em convênio com o INCRA SR 01. Consolidou-se após a realização da disciplina “Ação Coletiva no Espaço Rural”, momento este que antecedeu o vínculo oficial com o mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) da Universidade Federal do Pará. Portanto a escolha do local, como campo de pesquisa, ocorreu em razão da particularidade outrora descrita. Outro aspecto relevante era o conhecimento já adquirido sobre o município e a localidade em questão.

Após a caminhada realizada desde 2004, quando iniciei os trabalhos no PA BAB, até os dias atuais, e mais precisamente durante esses dois anos de mestrado, em que estive conduzindo a pesquisa, pude fortalecer ainda mais o que já considerava acerca do papel que cumpre o grupo do mutirão revelado neste trabalho a partir da narrativa oral dos entrevistados e também da percepção do entrevistador. Ao término da pesquisa, é gratificante olhar todo o trajeto e ter a convicção de que ela poderá contribuir de alguma maneira com o referencial teórico do tema deste estudo e com a perseverante luta travada durante longos anos junto aos agricultores familiares.

2.2 A ESCOLHA DO CAMINHAR: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAIS

Trazer à tona os elementos que circundam a prática do mutirão é um dos pontos de extrema relevância neste trabalho. Para tanto, a prática coletiva será analisada como parte de um processo social. A característica central da construção metodológica nesta pesquisa é a diversidade de procedimentos, com vistas a levantamento de informações possíveis, relativas ao objeto de investigação que é o grupo do mutirão, através do estudo de uma população humana que se tem reproduzido num contexto de crescente valorização do monocultivo do pasto, e, agora mais recentemente, a valorização do plantio de dendê na região, por conta da Biopalma, empresa de produção e beneficiamento de dendê. Neste âmbito, as formas de acesso aos recursos naturais, a gestão coletiva dos fatores de produção,

os saberes e a relação homem-natureza, bem como as estratégias coletivas para o direcionamento das ações no APRABAB, estiveram no foco desta investigação.

A pesquisa ora apresentada constou de abordagens qualitativas e quantitativas, sendo a primeira mais valorizada em virtude de que as informações requeridas seriam melhor apreendidas através deste tipo de abordagem com a qual poder-se-ia abarcar o objetivo geral da pesquisa, considerando as indicações de Minayo e Sanches (1993) a esse respeito. E, ao que consideram Lakatos e Marconi (2003), para os quais os levantamentos de dados qualitativos ajudam a fornecer subsídios a descrição da realidade, e através dos quais a problemática é vista de maneira mais ampla. As técnicas foram aplicadas segundo o propósito da obtenção dos dados e a especificação de cada objetivo proposto na pesquisa.

Assim, foram utilizadas técnicas de observação, entrevista formal estruturada e semiestruturada, e entrevista informal. Através das entrevistas semiestruturadas realizadas, foi possível coletar visões individuais sobre as práticas coletivas; e também, sobre a constituição desse grupo. Estas entrevistas seguiram um roteiro específico pré-fixado, por meio dos quais se pretendia um contato pessoal e mais próximo do pesquisador com os agricultores que “permite também que este acompanhe em campo as experiências diárias dos sujeitos na tentativa de apreender os significados que atribuem à realidade que os cerca” como é indicado por Minayo et al. (1994, p.49).

No caso das entrevistas semiestruturadas, as perguntas foram abertas para que possibilitassem que o entrevistado tivesse a liberdade de expressar-se como melhor lhe convinha, conforme proposto pelo pesquisador. As entrevistas foram realizadas em diferentes momentos: durante as observações; no acompanhamento das atividades do grupo do mutirão; na casa de alguns entrevistados, considerados como “chaves” para a o entendimento do objeto da pesquisa; ou no local em que são realizadas as assembleias da associação do PA BAB. Para essas entrevistas utilizou-se apenas caneta e caderneta de campo, na qual foi feita a transcrição das falas dos entrevistados, tendo-se o cuidado de ser o mais preciso possível.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas para a obtenção de dados mais quantitativos, e contribuíram com relação às informações relativas ao número de agricultores envolvidos na associação e no grupo do mutirão, quantidade de reuniões e atividades realizadas. Também foram realizadas entrevistas informais, às quais Mann (1973, p. 103) atribui a característica de que “o informante dispõe de maior liberdade para estender-se e expor suas idéias”. Esta se assemelhava a conversas e, somente quando possível eram transcritas para o “papel”, isto é, para a caderneta de campo.

A observação direta foi conduzida por meio de várias verificações *in loco* no ambiente em que se desenvolveu a investigação e também durante as práticas das pessoas nesse ambiente, o que possibilitou uma reflexão sobre as ações coletivas desenvolvidas pelo grupo do mutirão, bem como a compreensão das percepções dos agricultores sobre estas práticas. De forma sistemática e planejada, as observações foram realizadas durante todo o período da pesquisa, nos diversos locais em que as atividades do grupo ocorreram, sendo estes os lotes das famílias dos agricultores; a área do pasto coletivo; os locais de comercialização e em que são realizadas as reuniões para o mutirão.

Nessas ocasiões utilizou-se, quando possível, a caderneta de campo e as fotografias, no intuito de registrar os fatos observados o mais fiel possível. Considerando, é claro, a contribuição das próprias intervenções do pesquisador nesse momento, em que, em virtude do forte envolvimento com o grupo, fez-se necessário um enorme exercício de sua influência ser a mínima possível, tanto diretamente, com sua presença, quanto nas formulações de interpretações dos fatos observados. No entanto, diante da impossibilidade de ter esses instrumentos, as observações eram registradas tão logo fosse possível, conforme sugerido por Becker (1994). Esses registros serviram para complementar e/ou confirmar as informações obtidas por outros procedimentos, e também para fazer a leitura geral da paisagem do ambiente local.

Além desses procedimentos, realizou-se também o levantamento do referencial teórico e de dados secundários. Com relação ao primeiro, preocupou-se com a extrema relevância que a “teoria” possui, o que torna extremamente importante e essencial ao pesquisador uma boa fundamentação teórica, como Mann (1973, p. 41) expõe em seu texto “Etapas básicas da investigação sociológica”.

A construção do objeto, bem como a delimitação e os procedimentos metodológicos aplicados, fizeram-se com base nas informações tomadas dos autores pesquisados, sob a orientação do Dr. Heribert Schmitz, além de pesquisas bibliográficas e estudos realizados na construção do projeto de pesquisa. Atentou-se para informações que apresentaram relevância sobre o tema proposto e mais especificamente sobre o problema delineado, os quais serviram desde o embasamento inicial das reflexões para a definição do objeto de investigação como foram fundamentais para as análises da pesquisa realizada. Essas considerações teóricas são apresentadas com maior ênfase na parte 3 deste trabalho. Para a construção metodológica da pesquisa, seguimos os caminhos trilhados com base nos autores aqui referendados.

A realização do levantamento de dados secundários deu-se através da consulta aos documentos disponíveis sobre o município do Acará e sobre o PA estudado, como mapas solicitados ao INCRA; documentos como a Relação de Beneficiários (RB); Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), entre outros. As informações contidas nesses documentos ajudaram a apreender o contexto geral da região em estudo e contribuíram para a compreensão dos processos sociais que envolvem os atores. Através dos diagnósticos pôde-se fazer uma caracterização superficial do PA e das práticas que caracterizavam o uso dos recursos pelas pessoas no período anterior à pesquisa.

2.3 A AMOSTRA E O PERÍODO DA PESQUISA

A realização do trabalho de campo concentrou-se durante os meses de junho a novembro de 2009 com cerca de cinco estadas no PA BAB, nas quais o período de permanência variou de uma semana a um mês. Após isso, ainda foram feitas algumas idas para reiterar determinadas informações ou na tentativa de fotografar alguns eventos que não foram possíveis de serem registrados durante o período em que se efetivou o trabalho de campo de forma mais intensa.

Os entrevistados foram selecionados por uma amostragem intencional, privilegiando assim os sujeitos sociais que detêm os atributos que se pretendia conhecer, conforme descrito por Minayo et al. (1994). A partir disso os agricultores foram selecionados levando-se em consideração sua relação com o mutirão (o grupo mais antigo e do mais recente) e com a luta desenvolvida no assentamento, assim como, a idade das pessoas. Vale ressaltar que alguns membros - “chaves” - do grupo do mutirão foram privilegiados no momento da coleta de informações.

2.4 AS DIFICULDADES DO CAMINHO: AS CONDIÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO

Dentre as principais dificuldades encontradas para a realização do trabalho de campo, podem-se mencionar três como principais. A dificuldade financeira para a realização das atividades de campo; a tensão que se constituiu por parte de grupos que disputavam a

diretoria da associação do PA e a visão que os assentados tinham do pesquisador, tendo em vista seu envolvimento na realização dos mutirões em épocas anteriores, quando extensionista do assentamento, o que proporcionou para algumas famílias sentimento de reciprocidade e para outros, contrários ao grupo do mutirão, ameaçam.

Com relação a isso, e apesar dos esforços de manter certo distanciamento do objeto em estudo, acredita-se que não foi possível anular totalmente a influência do pesquisador com relação ao grupo pesquisado, considerando que este sempre lhe deu apoio técnico ou logístico no ambiente do PA ou externos a ele. Embora esses problemas tenham sido importantes - e de certa maneira influenciado a pesquisa e provocados pelos diferentes interesses de grupos locais internos ou externos a PA - contribuíram para o andamento e a finalização da pesquisa.

Vale destacar que durante a pesquisa de campo foram registradas várias ocorrências de ameaças a vidas de pessoas que moram e trabalham no assentamento, que segundo denúncias podem estar associados ao tráfico de drogas e à disputa pela direção da associação. Quanto a esta última será melhor explicado em capítulo mais adiante. Fatos que já haviam sido registrados desde 2004, quando o pesquisador atuava no assentamento como técnico de ATES. Esta situação de medo e violência tem-se reproduzido até os dias atuais. Nota-se que a realização da pesquisa, reacendeu o interesse das famílias e motivou o grupo do mutirão a retomar suas ações, provocando descontentamento de grupos rivais.

Outra dificuldade para a realização da pesquisa foi relacionada ao levantamento de dados secundários. Isso porque há uma quantidade muito ínfima de material escrito sobre a história do PA e, quando este existe, é em geral muito superficial, como é o caso do PDA do assentamento.

2.5 OBJETIVO GERAL

Estudar as estratégias coletivas de desenvolvidas pelos agricultores familiares no projeto de assentamento da reforma agrária Benedito Alves Bandeira (BAB) a partir da prática do mutirão.

2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Estudar a constituição e a organização do grupo para a realização do mutirão;
- b) Refletir as práticas coletivas desenvolvidas pelo grupo do mutirão;
- c) Analisar a contribuição da experiência do mutirão para a gestão do assentamento por meio da associação.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

3.1 A DÁDIVA E RECIPROCIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS

A pesar de recente, se comparado com a tradição de outros estudos a outros temas, o termo agricultura familiar⁷ vem ganhando destaque na sociedade, na política e na acadêmica brasileira. Atualmente, tem sido utilizada com mais frequência nos discursos das organizações no meio rural, dos órgãos governamentais e de segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais e Agrárias. A agricultura familiar tem ocupado um lugar de destaque no espaço rural amazônico, cuja importância varia segundo a população e o ecossistema natural. Neste sentido, o estudo das estratégias coletivas desenvolvidas por agricultores familiares em áreas de assentamento da reforma agrária nos permite compreender a gestão e o uso coletivo dos recursos naturais e a evolução da organização social desses agricultores, assim como da reciprocidade e cooperação desenvolvidas entre elas. Neste trabalho, adotaremos o conceito de Agricultura familiar definido em estudo realizado em 1996 pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO):

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996: pg.4).

Para a compreensão da reciprocidade e da dádiva no meio rural, importa entender as estratégias desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras em seus sistemas de produção e de trabalho, o que neste caso inclui uma análise do tema da pluriatividade⁸. Em

⁷ Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a emergência da expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990 (SCHNEIDER, 2003).

⁸ Segundo Schneider (2003): “Enquanto fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária dos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, como no caso do Brasil, podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas,

estudo realizado em 1999, Hurtienne já mencionava que a pluriatividade da agricultura familiar brasileira vinha sendo condicionada por outras atividades que não predominantemente agrícola (Hurtienne, 1999, pg.19). Por conta das políticas de investimento na Amazônia brasileira a agricultura familiar vem sendo influenciada por outras atividades não eminentemente agrícola, como a de produção de madeira para abastecer a indústria de siderurgia em Marabá e a produção biodiesel no Moju, no estado do Pará, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza, permitindo mudanças estruturais na emergência e na expansão da pluriatividade na agricultura familiar nessa região.

Diante desse processo de mudança no contexto amazônico, a reprodução social, econômica e cultural das formas familiares de produção e reprodução dependerá de um conjunto de elementos e fatores pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e a sustentabilidade de sua unidade de trabalho e moradia, além das possibilidades de mudanças para alcançar seu desenvolvimento, observando todos os fatores que contribuem para compor o cenário de possibilidade e estratégias. Desse modo, a reprodução e produção não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou isolado ou do grupo familiar, tampouco é uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução dessa categoria é, acima de tudo, o resultado do processo de inter-relação dos indivíduos com sua família e com o ambiente social e biofísico em que estão imersos. Nesse processo, as famílias de agricultores que vivem em comunidades rurais, no processo de tomada de decisões, levam em consideração a relação que têm os indivíduos que formam o seu grupo social.

Dentre as inúmeras formas que tem assumido o desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo, algumas se distinguem pela maneira como os atores sociais se vinculam e interagem entre si. Protagonistas destes processos, suas iniciativas conjugam princípios usualmente nomeados de “tradicional”, tais como o reforço dos laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades rurais, com relações tipicamente capitalistas nos mercados de trabalho e de produtos.

Em trabalho publicado sobre reciprocidade em comunidades rurais do nordeste brasileiro, Sabourin (1999, pg.42) afirma que “A lógica do sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser,

mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusiva produtiva, como agricultura e a vida no espaço rural” (p.91)

da sociabilidade”. Isto explica a relação construída através do sistema de compadrio entre duas famílias sem laço de parentesco. Dessa forma, na relação com o outro, como mostrou Darré (1986: p.143-151), permite aos grupos familiares modificarem suas práticas, integrando novas normas e estratégias na relação com o social, político e ambiental.

Estudos sobre a sustentabilidade na agricultura familiar têm a cada ano legitimado a necessidade de compreender como ocorrem a reprodução social das comunidades rurais, as relações econômicas e as formas de troca entre os indivíduos e seus grupos. Os primeiros estudos sobre reciprocidade foram realizados por Marcel Mauss (1974) que, no seu ensaio sobre a dádiva⁹, reconheceu nesta prática uma dimensão mais ampla de ligação social entre os indivíduos. Nesse trabalho, Mauss mostrou que dádiva se aplica, principalmente, na construção de alianças entre os indivíduos em que dar, receber e retribuir faz parte de uma totalidade de relações sociais, nas quais os seres humanos são envolvidos e, nelas, é impositivo dar presentes, aceitar e retribuir. Com base nesta análise, podemos afirmar que os seres humanos cooperam entre si e entre grupos por haver certos constrangimento que os obriga a participar desses círculos de reciprocidade, mas que também podem competir por poder. Assim, o elemento principal constituinte na organização social seria um constante dar e receber, a partir das prestações assumidas na dádiva, e que podiam inclusive mostrar que na organização da dádiva podem-se assumir diferentes características, de acordo com a época e o lugar em que era posta em prática (CARDOSO; TAVARES, 2006).

Os aspectos sociais envolvidos no regime de ação coletiva, como o caso do mutirão do BAB que é organizado por famílias rurais, sem a participação da igreja (e originados a partir de atos de dádiva), são a prova de que tais manifestações tinham muito mais a mostrar do que apenas fatores religiosos e culturais presentes nas sociedades “arcaicas” estudadas por MAUSS em 1999.

Segundo Boltanski (1990), na doação há caráter gratuito, não se espera retribuição, ou seja, a troca perde seu sentido¹⁰. Ou seja, se a ênfase é colocada sobre o dom, a gratuidade do presente dado é reforçada, e a troca perde seu sentido (afinal, se a doação tem um caráter gratuito, não haveria porque se esperar uma retribuição). Ao contrário, se a ênfase é colocada sobre as relações de troca, não existiria gratuidade do dom, o que significaria uma ilusão ou um engano. De fato o que se questiona é o caráter da gratuidade e do desinteresse de se esperar algo em troca nas relações estabelecidas entre os atores sociais a partir de uma oferta de dádiva.

⁹ Publicado originalmente em 1924

¹⁰ A partir dos conceitos de dom e contra dom, Boltanski (1990) denomina como paradoxo da dádiva.

As razões que nos levam a tentar compreender o fenômeno da dádiva estão ancoradas na necessidade de compreensão das razões que justificam as representações coletivas na agricultura familiar. Nessa perspectiva, cultivar, trabalhar, produzir, intercambiar, comer são ações humanas individuais e coletivas que estão presentes num sistema de dádivas, de trocas materiais e simbólicas geradoras de reciprocidade, que se apresentam como fato social. Dessa forma, a razão máxima que levava ao complexo ato da dádiva, dividido em três partes distintas, era justamente uma força interna à relação estabelecida, e que estaria impulsionando as obrigações entre os participantes da dádiva (CARDOSO; TAVARES, 2006). Ao mesmo tempo, a razão de dar não estaria em um ato desinteressado, mas pressupunha certo interesse em constituir relações e ligações sociais centradas justamente na obrigação de retribuir. Assim, o ato de dar seria, simultaneamente, obrigatório e espontâneo (LANNA, 2000), já que não existe dádiva sem expectativa de retribuição por parte de quem recebe.

Mais recentemente e numa outra perspectiva, Caillé (1998; 2002b) afirma que nos atos de dádiva nunca há, nem pode haver, a certeza da retribuição, ela é obrigação e liberdade ao mesmo tempo. Conforme Sabourin (2003), Caillé define dádiva como qualquer ação sem expectativa imediata ou certeza de retribuição, com objetivo de “criar, manter ou reproduzir a sociabilidade, comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade”. Enquanto para Bourdieu o poder não se separa da reciprocidade, para Caillé é possível alguma dimensão de gratuidade, não significando que deixará de haver implicações para as relações de poder. O autor persegue uma conceituação da dádiva em que se procure vencer polos redutores, tais como a presepem querência da obrigação, de um lado, ou da espontaneidade, de outro; do instrumentalismo ou do prazer, dos atos interessados ou desinteressados. Propõe que o conceito de dádiva seja inaplicável se não houver tudo isso: obrigação, liberdade, interesse, espontaneidade e prazer (RADOMSKY, 2005).

Essa diferenciação é importante para percebermos que a reciprocidade da dádiva tanto serve para moldar as relações sociais mais gerais dos indivíduos, como para constituir um tipo específico de sociabilidade a partir das relações econômicas entre os mesmos, geradoras ao mesmo tempo de valores humanos, como justiça e confiança (TEMPLE, 1998), e de relações de poder entre as pessoas, por vezes assimétricas (como nos casos de patronagem e clientelismo). Nesse sentido, a reciprocidade pode ser vista no sentido dado por Mauss, por engajar o ser humano (indivíduos e grupos) em sua totalidade, tanto a partir de suas relações sociais e econômicas, como culturais, políticas e simbólicas (Sabourin, 2005b).

3.2 A AÇÃO COLETIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Ao estudar da agricultura familiar no sistema capitalista, é necessário compreender sua existência num contexto desfavorável de produção e reprodução econômica e social. É sob esta condição que emergem as práticas coletivas e comunitárias de produção, em que são materializadas principalmente nas lutas pela posse e permanência na terra, manifestando-se sob diversas formas, das quais atualmente se destacam a ocupação de terra, a formação de cooperativas, o fechamento de rodovias, a ocupação de prédios públicos e as caminhadas. Existem também atividades mediadas por relações de reciprocidade e solidariedade constituindo o “espírito” comunitário, nem sempre cultivado nos movimentos sociais, sindicatos ou entidades de classes. Estas ações podem ser consideradas como um importante instrumento nas lutas dos assentados que, organizados em grupos e/ou núcleos, podem canalizar seu potencial de luta na coletividade e garantir assim a sua existência.

O debate sobre a coletividade na agricultura familiar vem de longa data, e está centrada nas discussões internacionais comunistas, sobre tudo na I Internacional. Segundo Hegedus (1986), foi na I Internacional que se cristalizou o confronto entre os pontos de vista marxista e proudhoniano. Enquanto os marxistas partiam da abordagem tradicional da eficácia da concentração do capital, nacionalização das terras e formação de grandes unidades produtivas, os proudhonianos defendiam a apropriação privada da terra camponesa e viam aí a garantia da liberdade individual. Verifica-se que as discussões sobre o campesinato¹¹ tiveram contribuições e foram influenciadas, principalmente, pelo papel da Revolução Socialista. Portanto foi através da possibilidade de participação dos camponeses nos processos revolucionários que foram formuladas e aprofundadas as concepções teóricas sobre o campesinato.

Nota-se que o referencial marxista procurou interpretar o campesinato no interior da divisão de classes e o conflito existente entre elas. Nesta concepção, o camponês foi teorizado pelo seu fim, ou seja, não havia lugar para ele na sociedade capitalista (nem na socialista). Em vista disso, na forma como o camponês estava inserido no mundo da produção (familiar individual) não seria possível a consciência de classe social, importante para a organização social de práticas coletivas. Engels (1981), analisou o campesinato e destacou que seu “modo caduco de produção” será varrido e esmagado pelo capitalismo como um trem

¹¹ Neste trabalho termos como campesinato/camponês, pequenos produtores/agricultores ou trabalhadores rurais representam a mesma ideia atribuída ao de agricultores familiares, tendo sido designados em razão de aqui ter sido considerado que melhor correspondem ao momento histórico em que o debate esta inserido.

sobre um carrinho de mão. Na compreensão de Engels, os camponeses deveriam se constituir em outra categoria para ser sujeito político, ou seja, transformar-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de terras, para, assim, contribuir na revolução e na construção do socialismo.

Entende-se que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas industriais. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção, sintetizadas numa cooperativa, seriam condições para a superação da consciência camponesa e, conseqüentemente, construção da consciência coletiva. Assim, a base material em que os camponeses estavam inseridos não permitia que eles se construíssem em sujeitos políticos revolucionários. Por outro lado, as cooperativas coletivas seriam uma forma de transformar os camponeses em operários, ou pelo menos, assumir a consciência de operários, considerando a consciência de classe, necessária para deflagrar a revolução. Segundo Engels (1981) ainda não teria como prometer aos camponeses a perspectiva de que continuariam como pequenos agricultores, pois as grandes fazendas deveriam ser entregues à coletividade para desfrute dos trabalhadores agrícolas em forma de cooperativas coletivas.

Contra esta decadência, a única coisa que podemos fazer é recomendar também neste caso a reunião das fazendas cooperativas, nas quais se possa ir descartando progressivamente a exploração do trabalho assalariado, para poder convertê-las pouco a pouco em setores iguais em direito e deveres à grande cooperativa nacional de produção (ENGELS, 1981, p.78).

Lênin (1982) aprofunda a compreensão do campesinato ao analisar as relações não-uniformes no interior do capitalismo. O livro I de *O Capital* de Marx esclarece a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou Lenin a estudar o capitalismo a partir da noção de formação econômico-social. Dessa forma, podemos entender que as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações entre elas. Entretanto, embora haja vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e as forças sociais que se tem buscado compreender a manifestação coletiva da agricultura familiar.

Por outro lado, é importante destacar que as cooperativas também foram defendidas por Lênin e por grande parte de autores que adotaram o princípio marxista para

interpretar as práticas coletivas entre os camponeses. Cabe destacar que atualmente a defesa das cooperativas como práticas entre os camponeses é defendida por segmentos importantes da sociedade, como pode ser verificada na proposta do MST para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária. Vale aqui destacar que esse modelo de cooperativismo é orientado e definido de acordo as decisões da direção, como o caso das cooperativas do MST.

Nota-se que as cooperativas agrícolas são entendidas como forma de superar as mazelas do sistema capitalista por meio de ações coletivas. Mas as manifestações coletivas entre os camponeses não estão restritas às cooperativas e surgem muitas outras manifestações, como a formação de grupos de assentados, associações, comunidades, núcleos de produção, etc. Atualmente, o MST defende a necessidade da implantação de cooperativas agrícolas nos assentamentos como forma de fortalecer a luta pela reforma agrária e transformação da sociedade. As cooperativas devem ter um objetivo maior do que os benefícios econômicos e produtivos para os assentamentos. Devem contribuir para a conscientização política dos assentamentos, posicionando-se favoravelmente à ampliação das lutas dos trabalhadores, conforme descritas no relato abaixo:

[...] as cooperativas não devem se organizar apenas com o objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da reforma agrária (GORGEN; STEDILE, 1991, p, 146).

Dessa forma, para o MST e Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) não existem condições de os assentados progredirem econômica, social, e politicamente por meio da produção individual. A intenção do assentado é de produzir no seu próprio lote apenas para a família, característica da cultura camponesa que favorece, no entendimento do MST, o surgimento de obstáculos a serem combatidos para evoluir e alcançar formas superiores de produção, como as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs).nos assentamentos (MST, 1986; CONCRAB, 1998, 2001).

É importante destacar que na proposta coletiva do MST a divisão do trabalho, que é vista como fator que implica a produção de um excedente cada vez maior, possibilita a ampliação das trocas. Ela é a base para o desenvolvimento da economia mercantil capitalista e daí a necessidade de cada vez mais ampliar a divisão e especialização para a criação de mercado de consumo.

A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, em que os retornos da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, em que os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar capital acumulados em produtos agroindustriais (CONCRAB, 1999, p. 11).

Dessa forma, a produção camponesa se constituiria numa redução das trocas, pois apresenta uma baixa divisão do trabalho. Para estimular a divisão do trabalho nos assentamentos, o MST realizava até num passado recente cursos de formação aos assentados, dos quais se destacavam os Laboratórios Organizacionais. Estes laboratórios eram pré-requisitos para a fundação de cooperativas coletivas. O modelo de racionalidade econômica e organização empresarial foi introduzido pelos laboratórios organizacionais, considerados pelo MST como forma de viabilizar economicamente e politicamente as CPAs.

Nota-se que essa compreensão do MST é inspirada numa matriz teórica que reconhece a expansão das relações capitalistas como portadora de desenvolvimento. Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com a industrialização e surgimento de importante mercado consumidor. A grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida das populações rurais. A expansão das relações capitalista por meio da indústria é vista como possibilidade de desenvolvimento com modernização de relações sociais de produção.

Compreender as práticas coletivas a partir de parâmetros estruturais que se tornaram hegemônicos no pensamento marxista não são suficientes para a compreensão da realidade. As concepções e práticas coletivas dos camponeses e agricultores familiares carecem de interpretações feitas não exclusivamente da perspectiva de sua inserção no processo produtivo de mercadorias, mas no contexto de lutas e do conflito de classe em que estão inseridos na sociedade capitalista. Partindo da ideia do desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalista, é possível compreender a existência camponesa e construção do seu lugar social, inclusive por meio de práticas coletivas materializadas. Para Oliveira (1986) é preciso que o campesinato resgate a ideia de desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalista para compreender a sua existência e reprodução. O sentido contraditório e desigual, para Oliveira, está no fato de o camponês garantir a sua existência no sistema adverso (modo de produção capitalista) pela sua luta. É como se o camponês não

tivesse lugar no capitalismo, fosse fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traindo as leis do capital pela luta.

3.3 A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Recorrendo a Crazier e Friedberg, organização é definida como um conjunto de duas ou mais pessoas que realizam tarefas, seja em grupo, seja individualmente, mas de forma coordenada e controlada, atuando num determinado contexto ou ambiente, com vista a atingir um objetivo pré-determinado através do uso eficaz de diversos meios e recursos disponíveis, liderados por alguém com as funções de planejar, organizar e controlar (FRIEDBERG, 1995). No que tange aos agricultores familiares, eles tendem a se organizar com o objetivo de resolver suas necessidades e, desta maneira, melhorar suas condições de vida. Segundo Araújo (2006), a organização se manifesta no momento em que se apresentam necessidades ou aspirações que não foram satisfeitas e que não têm uma solução a curto ou médio prazo a partir da simples ação de cada indivíduo.

A organização surge, portanto, como produto da união dos esforços individuais na perspectiva de encontrar, de maneira conjunta, a solução para os problemas detectados e/ou promover interesses específicos comuns ao grupo. As organizações buscam respostas coletivas e solidárias aos problemas que se apresentam. Quanto mais agudos são os problemas ou mais desafiantes os propósitos comuns, mais urgente se faz a necessidade de alcançar maiores níveis de organização (GONZALEZ, 1995). Portanto trata-se de uma estratégia importante para que a participação seja uma realidade nos processos de luta e resistência pela permanência na terra, podendo ser usada para favorecer o desenvolvimento de base local.

A organização social nos assentamentos rurais, muitas vezes, se faz como resultado da deficiência do Estado na solução dos problemas da comunidade, especialmente em matéria de necessidades básicas (habitação, assistência técnica, transporte, educação, saúde, meio ambiente, etc). Se a sociedade não conta com redes de organização, é muito difícil amadurecer processos democráticos mediante os quais os canais e mecanismos de participação adquirem vida. Isto significa que a participação é o pilar fundamental da organização, já que através dela é estimulada e fortalecida a intervenção cidadã.

Nessa mesma linha, de acordo com Jara (1998: pg. 173), “inúmeros estudos de avaliação demonstraram que, se as comunidades não se sentirem envolvidas nas iniciativas e ações de desenvolvimento, particularmente na dimensão social, as perspectivas de permanência a médio e longo prazo expressam-se limitadas”. Isso demonstra, com clareza, que as práticas coletivas de produção, vivenciadas pelos agricultores em área de assentamento rural, podem levar ao surgimento de processos que articulam e organizam as comunidades rurais, permitindo a apropriação dos resultados do esforço conjunto por parte dos agricultores familiares.

Em todo o Brasil, o processo de concentração da terra marca principalmente o período entre 1970 e 1980, na qual 94% das terras novas foram ocupadas por grandes estabelecimentos agrícolas e apenas 6% por pequenos. Na Amazônia, e em especial no estado do Pará, em que aconteceram os mais intensos e violentos conflitos de terra, esse processo se reproduziu de maneira mais ampla e mais agravante, (MARTINS, 1989). Foram nesse cenário de disputa e violência no campo, segundo Novaes (1994), que os “mediadores” se propuseram a fazer meio de campo, “mediar”, traduzir e/ou introduzir falas, linguagens, comportamentos, conhecimentos, com o objetivo de diminuir, acabar ou minimizar os efeitos da disputa, contribuindo tanto para o fortalecimento da concentração, quanto para o seu enfraquecimento, isto é, tanto para a reprodução, quanto para o questionamento da dominação.

Historicamente essa mediação tem sido exercida por atores e entidades diversas, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), igrejas e órgãos do Estado (os mediadores “externos”) e por representantes e dirigentes de sindicatos, do MST e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (os mediadores de “dentro”). A estes são conferidos representação e poder.

Neste trabalho, reservamos a designação “mediadores” para a Igreja Católica, sobretudo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Bujaru e Concórdia do Pará. As mediações dessas instituições, “podem ser pensadas como ações que tiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos” (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 19). São ações que potencializam as possibilidades de atuação política dos trabalhadores rurais. Elas estão presentes na constituição de novas identidades desses trabalhadores, na visibilidade de seus movimentos e na estruturação de suas demandas.

Segundo Medeiros e Leite (1998), os desdobramentos das ações dessas instituições não se esgotam no âmbito das relações locais, mas se potencializam numa rede regional, estadual e nacional, permitindo, assim, que questões locais possam ser tratadas como

algo mais amplo, que envolve interesse mais global. Assim é possível entender as mediações no espaço agrário brasileiro, sobretudo na região do nordeste paraense.

Essas instituições influenciam a organização dos grupos, conformando a maneira como esses grupos se expressam e passam a ser reconhecidos, pois estão presentes na constituição de suas identidades e de suas linguagens, mas, ao “fazer movimentos”, faze-nos impulsionadas por fatores econômicos e forças políticas e também pelas disputas com outros mediadores.

As transformações no mercado de trabalho e no capitalismo como um todo estão desencadeando a expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. A crise do trabalho modifica o perfil da classe trabalhadora e exige a construção de um novo projeto político e social que confira nova centralidade ao trabalho. Por iniciativa dos próprios trabalhadores, um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção estão se disseminando em todo o país sob diversas formas de cooperativas, associações e empresas em regime de autogestão (PEREIRA, 2008).

Para Pereira (2008), em trabalho recente sobre a participação da Igreja Católica no sindicalismo paraense, dois novos processos sociais levam atualmente o sindicalismo a se reencontrar com o cooperativismo. Uma profunda crise do trabalho acompanhada de uma crise de mesma dimensão do próprio movimento sindical. A crise do trabalho correspem que a um dos períodos mais críticos para os trabalhadores em todo o mundo; uma redução sistemática e estrutural do emprego formal e a conformação de novas categorias de trabalhadores numa velocidade maior que a capacidade de ação das organizações de trabalhadores. A crise do sindicalismo está assentada nas heranças do modelo corporativo, que não foi capaz de construir uma forte organização nos locais de trabalho ao mesmo tempo que provocou a pulverização da organização, resultando numa baixa capacidade de resistência e luta e numa grande dificuldade em se adequar às transformações no mundo do trabalho e da produção.

Sobre da motivação individual para a ação coletiva descrita por Olson (1998) em 1965 na relação com a organização social da agricultura familiar, verifica-se que esta se apresenta como comportamento típico de um indivíduo utilitarista, isto é, que age segundo seu próprio interesse, buscando sempre maximizar seu benefício pessoal dentro do coletivo. Entretanto, com base nas análise de Olson, os grupos de indivíduos, quando admitidos e convencidos interesses comuns, nem sempre se envolvem e se organizam para promoção dos interesses coletivos, ou seja, não haverá engajamento de todos, ou pelo menos, com o mesmo empenho com que cada indivíduo age isoladamente. Neste sentido, o estudo acerca das ações

coletivas desenvolvidas pelos agricultores familiares em área de assentamento rural e a sua forma organizativa sugere que sejam abordadas outras questões que não apenas as econômicas, coletivas ou individuais, mas também aspectos relacionados ao ambiente político e cultural, assim como a história de vida das famílias e a trajetória do grupo social.

Partindo do princípio de que os indivíduos de um grupo não agirão em prol dos interesses do coletivo, Olson (1998) sugere que as ações coletivas não seguem a mesma lógica que rege as ações individuais. Estudando grupos e organizações, o autor desenvolveu uma explicação teórica para certos aspectos desse comportamento, examinando as consequências de sua aplicação em organizações de diferentes dimensões, inclusive sindicatos. Assim diz o autor:

[...] Com exceção de casos, nos quais o número dos indivíduos seja bem pequeno ou exista mecanismo de coerção, os indivíduos não atuarão para alcançar os interesses do grupo, mesmo que eles possam viver numa situação melhor quando este objetivo for alcançado (OLSON, 1998, p.2).

Para este autor, o objetivo das associações, sejam elas de moradores de um bairro, sindicatos ou clubes, é sempre promover os interesses comuns de seus membros. Todos eles são tratados da mesma maneira pela organização, o que significa que, quando um resultado é alcançado pela associação, nenhum de seus membros pode ser excluído dos benefícios trazidos por ele.

Olson analisa também a teoria das classes sociais de Marx e a teoria dos grupos para, ao final, apresentar uma nova teoria dos grupos de pressão, na qual sugere que seu tamanho não deriva de seus êxitos, mas é subproduto de suas outras atividades.

Para Araújo (2006), a ação coletiva implica o enfrentamento e defesa de interesses coletivos. Explica que há direcionamento que permite ampliá-lo do individual ao coletivo, servindo como estimulante de transformação de sujeito a ator social. Em seu trabalho, ao fazer frente ao que Olson (1998, p. 158) denomina “alto grau de organização dos interesses empresariais”, relaciona a origem do poder desses grupos ao fato de a comunidade empresarial ser um pequeno grupo com “interesses especiais”, enquanto para ela, o grupo ocupacional envolve milhares de trabalhadores, conforme pode ser constatado na seguinte declaração:

As classes sobrepujam os indivíduos, que são a unidade dos grupos. Essa assimetria de forças sociais caracteriza padrões da ação coletiva, ao proceder à inversão dos interesses individuais e/ou sociais em movimentos de grande

amplitude. A ação coletiva dispõe de natureza agregacional contestatória; cria um espaço político propriamente dito, dada a conjunção de forças, geralmente em conflito (ARAÚJO, 2006, p.2).

Dessa forma, para Araújo, o que leva um grupo a agir e ter um ganho, um resultado ou desempenho no mercado pode ser um “benefício coletivo”, na expressão de Olson, “exclusivo ou inclusivo”, dependente do objetivo. Esse é o dilema olsoniano da ação coletiva, no sentido de que grandes grupos não conseguirão de modo espontâneo a contribuição de todos os seus membros para a produção do bem coletivo, dado que esse é inclusivo, ou seja, qualquer membro do grupo teria direito a ele. Schmitz et al. (2007) mostra que experiências de ação coletiva para fins econômicos podem gerar mudanças na organização política dos agricultores familiares contribuindo para maior participação dos membros nas tomadas de decisão da diretoria. De forma geral, as razões da cooperação de membros de um grupo é um tema de estudo relativamente recente¹².

Dessa forma, a organização dos agricultores em torno de práticas coletivas não pode ser considerada como a solução para os problemas dos assentamentos rurais. Há fatores como a “trajetória de vida de cada sujeito, de diferentes contextos sociais, geográficos, econômicos e de práticas de trabalho que devem ser considerados nas realidades destes assentamentos, o que em geral resultam, entre outras, na grande dificuldade da cooperação¹³” (LACERDA; MALAGODI, 2007, p. 4-5).

O fato é que, atualmente, nas áreas de assentamentos rurais, as práticas de cooperação que eram bastante comuns no período da ocupação e acampamento, após a individualização dos assentados em lotes, geralmente deixam de ocorrer (MARTINS 2003, p. 25). Ocorrem mais para resolver problemas de infraestrutura como, estrada, escola e os créditos (SPAROVEK 2003, p. 96), exceto quando há algumas especificidades de relações como redes de parentesco, laços de compadrio entre outras.

¹²No estudo de caso de Prado (2007), em Lacerda e Malagodi, (2007), ressaltam as dificuldades que os grupos têm em realizar ações coletivas.

¹³As dificuldades das práticas coletivas foram ressaltadas em estudo de Brenneisen (2003); e, Moreira (2005).

4 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

4.1 A REFORMA AGRÁRIA QUE NUNCA SAIU

A história da reforma agrária, no Brasil, é uma história de oportunidades desperdiçadas. Olhando para a história brasileira, quando ainda colônia de Portugal, o Brasil não tinha movimentos sociais que, no século 18, pudessem favorecer processos que democratizassem o acesso à propriedade da terra, como aconteceu na Europa. Ao contrário, continuou seguindo o velho modelo do latifúndio, sob o domínio da mesma velha oligarquia rural. Neste ponto, verifica-se que as revoluções socialistas, principalmente a russa e a chinesa, ocorridas no século XX, chamaram a atenção de uma parcela da elite intelectual brasileira, entretanto não tiveram mais do que influência teórica. Mesmo passando pelas guerras que impulsionaram a reforma agrária na Itália e no Japão, o Brasil tampouco fez uma revolução de bases fortemente camponesas, como a de Emiliano Zapata, no México do começo do século XX.

Durante a fase da República Velha (1889-1930), foram incorporadas grandes áreas no processo produtivo, aliadas ao processo de imigração europeia e japonesa, em que os imigrantes desempenharam um papel relevante no desenvolvimento rural do país. Nesta fase, o número de estabelecimentos agrícolas aumentou, em relação às décadas anteriores, mas a estrutura fundiária ainda permanecia semelhante ao período anterior (FAILLA, 2008). Com a revolução de 1930, que derrubou a oligarquia cafeeira, houve um grande impulso no processo de industrialização no país. Foram reconhecidos os direitos legais dos trabalhadores urbanos, e o Estado assumiu o papel principal no desenvolvimento econômico do país, mas não interveio na ordem agrária, continuando apostando na predominância do latifúndio (FAILLA, 2008). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e prosseguiu o processo de transformação através da industrialização e urbanização aceleradas. Neste período houve um grande movimento na elaboração de dezenas de projetos de lei de reforma agrária, apresentadas ao Congresso Nacional, mas nenhum foi aprovado (Romero, 1995).

Motivados pela participação popular, no final dos anos 50, os debates ampliaram-se e ajudaram a promover as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) que eram consideradas essenciais pelo governo, para o desenvolvimento econômico e social do país. Entretanto, entre todas, foi a reforma agrária que mais polarizou a

opinião pública, resultando na criação, em 1962, da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com a atribuição de executar a reforma agrária. Somado a isto, em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo que, até então, estiveram à margem da legislação trabalhista. Um ano depois, em 13 de março de 1964, o Presidente da República assinou um decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. No dia 15, em mensagem ao Congresso Nacional, propôs uma série de providências consideradas "indispensáveis e inadiáveis para atender às velhas e justas aspirações da população." A primeira delas, a reforma agrária. Entretanto, não deu tempo, pois no dia 31 de março de 1964, caiu o Presidente da República, e teve início o ciclo dos governos militares, que duraria 21 anos (FAILLA, 2010).

Durante o governo militar, a reforma agrária foi incluída entre suas prioridades. Para tanto, sob a coordenação do Ministro do Planejamento, um grupo de trabalho foi imediatamente designado para a elaboração de um projeto de lei. No dia 30 de novembro de 1964, o Presidente da República, sancionou a Lei nº 4.504, que tratava do Estatuto da Terra. Constituiu-se, então, a primeira proposta articulada de reforma agrária, feita por um governo, na história do Brasil (SODERO, 2006). Entretanto, impulsionado pelo regime militar brasileiro (1964-1984), em vez de dividir a propriedade, o capitalismo promoveu a modernização do latifúndio, por meio do crédito rural fortemente subsidiado e abundante, em que o crédito facilitava a aquisição de terra (CPT, 1993).

Nesse período, toda a economia brasileira cresceu com vigor - eram os tempos do "milagre econômico". O país urbanizou-se e industrializou-se em alta velocidade, sem democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural. O projeto de reforma agrária foi esquecido e a concentração da terra e da renda permaneceu intocada. O Brasil chega às portas do século 21 sem ter resolvido um problema com raízes no século 16.

Segundo Failla (2010) foi a partir de 1970, como substitutivos da reforma agrária, que o governo Federal lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional. Entre eles, o Programa de Integração Nacional - PIN (1970); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971); o Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972); o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974); o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974).

Destes, o PIN e o PROTERRA foram os programas que receberam maior atenção e aos quais foi destinada uma soma significativa de recursos. Com o propósito de

ocupar uma parte da Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica, o PIN era baseado em projetos de colonização em torno de agrovilas e, segundo a versão da época, buscava-se integrar "os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia."

Estudos posteriores demonstraram que os custos destes programas foram altos, o número de famílias beneficiadas reduzido e o impacto sobre a região insignificante sob o ponto de vista do desenvolvimento rural para as populações locais e para os imigrantes da região. Vale destacar que o desempenho do PROTERRA também deixou a desejar: o programa desapropriava áreas escolhidas pelos próprios donos, pagava à vista, em dinheiro, e liberava créditos altamente subsidiados aos fazendeiros. Apenas cerca de 500 famílias foram assentadas depois de quatro anos de criação do programa (CPT, 1993).

Nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra (1964-1979), o capítulo relativo à reforma agrária, na prática, foi abandonado, enquanto o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala. No total, foram beneficiadas apenas 9.327 famílias em projetos de reforma agrária e 39.948 em projetos de colonização. O índice Gini¹⁴ que mede a distribuição da terra, no Brasil, passou de 0,731 (1960) para 0,858 (1970) e 0,867 (1975). Esse cálculo inclui somente a distribuição da terra entre os proprietários. Se forem consideradas também as famílias sem terra, o índice de Gini evidencia maior concentração ainda: 0,879 (1960), 0,938 (1970) e 0,942 (1975). Na verdade, em 50 anos, houve pequenas alterações ao longo de décadas, em termos de concentração de terra, no Brasil, como mostra a figura 2.

¹⁴ O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que, zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6, e para a concentração fundiária está acima de 0,8 (II Plano nacional de Reforma Agrária, MDA/Brasil, 2006).

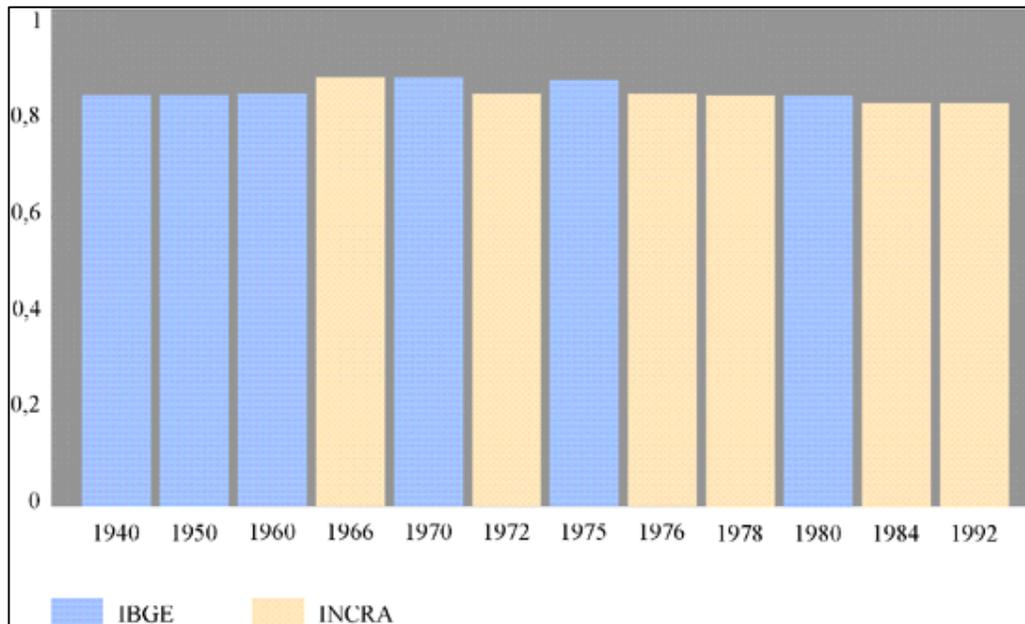


FIGURA 04: Gráfico da Concentração Fundiária - Índice de Gini - INCRA e IBGE
Fonte INCRA e IBGE

No início da década de 1980, o agravamento dos conflitos pela posse da terra, na região Norte do país, levou à criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF) e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT), e do Baixo Amazonas (GEBAM). O balanço das realizações desses três órgãos, no entanto, é pobre, com registro de alguns poucos milhares de títulos de terra de posseiros regularizados. Nos seis anos do último governo militar (1979-1984), a ênfase de toda a ação fundiária concentrou-se no programa de titulação de terras. Nesse período, foram assentadas 37.884 famílias, todas em projetos de colonização, numa média de apenas 6.314 famílias por ano. Em 1985, o governo do Presidente José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, com metas extremamente ambiciosas: assentamento de um milhão e 400 mil famílias, ao longo de cinco anos. No final de cinco anos, porém, foram assentadas cerca de 90.000 apenas.

Essa década registrou um grande avanço nos movimentos sociais organizados em defesa da reforma agrária e uma significativa ampliação e fortalecimento dos órgãos estaduais encarregados de tratar dos assuntos fundiários, existentes em quase todos os estados da federação. De forma geral, as ações estaduais conseguiram beneficiar um número de famílias muito próximo daquele atingido pelo governo Federal. No governo de Fernando

Collor (1990-1992), o programa de assentamentos foi paralisado, cabendo registrar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. O governo de Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária. Aprovou um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas só foi possível atender 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de um milhão 229 mil hectares.

No final de 1994, após 30 anos da promulgação do Estatuto da Terra, o total de famílias beneficiadas pelo governo Federal e pelos órgãos estaduais de terra, em projetos de reforma agrária e de colonização, foi da ordem de 300 mil, estimativa sujeita a correções, dada a diversidade de critérios e a falta de recenseamento no período 1964-1994.

4.2 O SIGNIFICADO DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTO NA AMAZÔNIA

Frente à complexidade do quadro agrário no Brasil, a criação dos projetos de assentamentos rurais na Amazônia tem revelado que a propalada modernização agrícola não chegou a essa região, ficando comprometida pela política brasileira que, em anos anteriores, foi promotora do latifúndio em todo o Brasil, e com o ressurgimento de aspectos caros ao debate sobre as estratégias de desenvolvimento regional, tais como meio ambiente, emprego, geração de renda, energia. Segundo Romero (1995), entre os anos de 1950 e 1960, período em que a região Amazônica era considerada pelos governantes brasileiros como um “espaço vazio”, a realização da reforma agrária nessa região parecia um contrassenso, quando então se considerava que a reforma agrária pressupunha a expropriação e a divisão dos latifúndios entre os agricultores sem terras, a fim de se ter uma distribuição equitativa destas.

Segundo Pasquis et al. (2005), ainda que sua ocupação seja relativamente recente – apenas meio século de colonização –, hoje a Amazônia já apresenta graves problemas agrários que afetam o restante do País. A exemplo disto o ambiente encontra-se altamente degradado, com uma taxa média anual de desflorestamento da ordem de 10.000 km² e 60% das terras abandonadas e/ou degradadas (Torres, 2005). Nesse aspecto estrutural, estado e capital privado caminharam juntos, por meio da venda da terra de projetos de colonização, realizando lucro com estas vendas. Observa-se que neste período foram formados chamados “viveiros de mão de obra” para utilização nos grandes projetos, como descrito por Oliveira:

[...] As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros mostrando como a instalação do grande latifúndio só seria viabilizada se precedida e acompanhada do plano de assentamentos. Na verdade, a ‘reforma agrária na Amazônia’ encobria a intenção de levar os colonos a ‘abrir’ a região e ocupar espaços com o contingente necessário de mão de obra para que, então, o grande capital pudesse instalar-se (OLIVEIRA, 1985 p.36).

Nesta divisão de tarefas, o Estado teve que conter as tensões sociais e fazer dos projetos de colonização e dos assentamentos de reforma agrária “válvulas de escape” das áreas em conflito. Essa é a raiz histórica da implantação dos projetos agropecuários, da colonização e da expansão da agricultura de fronteira. A princípio, pode parecer incoerente quando a análise da gênese da ocupação amazônica revela conter algumas iniciativas de assentamentos para agricultura familiar, entretanto percebe-se que o claro interesse era levar para essas áreas, o grande capital. A análise desse processo de colonização e “reforma agrária” apresenta contradições que clareiam as verdadeiras intenções do governo brasileiro na época.

Em diversos assentamentos abertos na floresta amazônica, as famílias não receberam nenhum auxílio, assistência técnica ou qualquer suporte que desse um mínimo de viabilidade à sua sobrevivência. As primeiras manifestações de descontentamento com tal tratamento foram respondidas, como de praxe, pelo governo militar de maneira autoritária e avessa a qualquer tipo de oposição: com violência e encorajamento de seu uso por terceiros para reprimir as reivindicações. A própria repressão militar abriu caminho para a proliferação de pistoleiros e capangas contratados por proprietários de terras, em todo o país, na certeza de que não seriam punidos, pelo contrário, seriam vistos como aliados no uso da violência para manter a ordem. Nunca, na história do Brasil, o latifúndio fez uso tão descontrolado da violência privada como nos tempos militares.

Mostrando preocupação geopolítica, os militares falavam na “ocupação de espaços vazios”. Mas o que a ocupação incentivava era a pecuária, “uma atividade econômica que dispensa mão de obra e esvazia territórios. No limite, previa-se a criação de apenas 40.000 empregos em toda aquela região. Sem contar que, em consequência da modalidade de ocupação proposta, tribos indígenas sofreriam, como sofreram, pesadas reduções demográficas no contato com o branco e suas enfermidades” (PASQUIS et al., 2005). O critério de densidade de ocupação, mais do que quantitativo, foi qualitativo. Mais do que

“quantos”, importava “quem” seriam os ocupantes da terra, e o indesejável era impreterivelmente associado ao habitante antigo.

Nesse processo, algumas tribos perderam até dois terços de sua população humana. Sem contar, também, que outros milhares de habitantes locais teriam de ser expulsos de suas terras de trabalho para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Em muito pouco tempo passou-se, em caráter oficial, a oferecer a grandes grupos a ocupação de enormes áreas de terra.

Findado o período dos militares, com a abertura para a redemocratização do país, no início dos anos 90, no governo Collor de Melo, das 40.000 famílias assentadas, 63% se estabeleceram na região amazônica, Mato Grosso ficou com 2.250 delas. No governo Itamar Franco, a Amazônia ficou com 43% das 4.800 famílias assentadas, e Mato Grosso não teve nenhuma. No primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso propôs assentar 260.000 famílias, entendendo que a reforma agrária deveria ter apenas finalidade social, ou seja, retirar parte das pessoas marginalizadas dessa condição. Os massacres de Corumbiara/RO (agosto de 1995), e Eldorado dos Carajás/PA (abril de 1996), fizeram com que essas metas fossem refeitas e ampliadas durante o segundo mandato. Ao final de oito anos, o governo anunciou ter assentado mais de 600.000 famílias, 60% delas na Amazônia Legal¹⁵. Assim, a década de 1990 terminou com forte pressão social dos movimentos de luta pela terra para a realização da reforma agrária.

A história recente dos problemas agrários do Pará começa com a construção da Belém-Brasília (BR-010), na década de 50, viabilizada para aumentar a circulação da produção e a abrangência do capital entre o sul e o norte do país. Desta forma, os grandes grupos capitalistas do sul e sudeste do país, ligados direta ou indiretamente à construção da rodovia, passaram a explorar e adquirir terras na região, valorizando-as, sob muita especulação.

Concomitante a essa política de “rodovias”, o Estado cria a política de incentivos fiscais, que facilita a chegada dos latifúndios, que numa primeira visão pode parecer algo contraditório propor colonização e criação de latifúndios, mas não é, é tudo dentro de uma mesma política do capital de apropriação de terras e do trabalho das pessoas, em uma lógica de atrair capitais, facilitando o aparecimento de grandes proprietários de terras dentro de uma política de incentivos fiscais que envolve o sistema econômico financeiro, por isso inclusive bancos e indústrias adquiriram terras no Pará. Segundo Treccani (2002):

¹⁵ Compreende a região Norte brasileira, o Oeste do Maranhão, o Norte de Tocantins e o norte do Mato Grosso.

Só no Estado do Pará, de 1964 a 2000 foram assassinados 717 trabalhadores, lideranças sindicais, religiosas e políticas. O mais grave é que dos 703 casos de trabalhadores rurais assassinados no Estado do Pará de 1964 a 1988, só em 183 casos foram abertos inquéritos policiais e só 113 deles deram origem a processos que tramitaram ou estão tramitando na justiça. Nos últimos anos foram realizados os júris populares ou emitidas sentenças de impronúncia, arquivamento ou absolvição em 18 casos, isto é, só 2,56% dos casos ocorridos foram julgados. Este número aumentaria consideravelmente com a inclusão do julgamento dos policiais responsáveis pelos assassinatos dos integrantes do MST em Eldorado dos Carajás, passando de 18 para 37 casos e elevando o percentual dos julgamentos para 5,26% dos casos denunciados (TRECCANI, 2002).

Para este autor, o Estado é o grande responsável pelos conflitos modernos no campo paraense, por fazer uma política antissocial e injusta, como aconteceu com a Transamazônica, com o discurso de chegar às terras desocupadas. A situação chegou ao ponto de virem grupos de posseiros patrocinados pelos governos para ter terra no Pará e o mesmo acontece com grupos de empresários, o resultado é um conflito violento, e não raro com mortes do lado mais fraco, os agricultores familiares. Neste contexto ocorre a politização da questão agrária, quando os camponeses se reúnem e montam a resistência com o apoio de setores da Igreja Católica e de partidos de esquerda. Alguns membros foram herdeiros do movimento guerrilheiro do sudeste paraense e disso cultivaram a luta pela terra.

Os recentes projetos de assentamentos do INCRA no estado do Pará, quase sempre, desde a sua origem são relegados ao esquecimento e recebem infraestrutura ainda menor com o passar dos anos. Como em todo início de instalação desses tipos de projetos, a agricultura familiar se apresenta de forma frágil, expondo as famílias dos assentados à pressão de grileiros e madeireiros. Muitos agricultores, como no caso no PA BAB, receberam ameaças e foram expulsos de suas terras de origem por “seguranças” e pistoleiros de fazendeiros que determinaram o abandono do lote. É comum encontrar assentados realocados no assentamento pelo INCRA, na maioria os mais antigos, com histórias anteriores de expropriação de suas terras de origem por grileiros¹⁶. Situação esta que os remeteram à desestruturação de sua cultura e do seu modo de vida. Assim, tiveram a difícil tarefa de adaptação em sua nova realidade. É neste contexto que a organização social se apresenta como uma estratégia para coibir a coação e as ameaças para que os assentados não abandonem ou vendam seus lotes a preços irrisórios.

¹⁶ Denominação atribuída e conhecida na região por ser um indivíduo que forja a documentação de posse/propriedade de uma área de terra para dela se apropriar.

4.3 A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO BENEDITO ALVES BANDEIRA

Localizado no município do Acará (ver figura 1), nordeste paraense, distante 152 km da cidade de Belém, o PA BAB foi constituído em 1987. Segundo os relatos dos moradores mais antigos, muitas famílias de agricultores já ocupavam a área há mais de dois séculos sem, no entanto, terem se preocupado com a titulação e o reconhecimento de posse da terra por parte do Estado (UNIAGRO, 1997). Por volta de 1970, um fazendeiro, de nome Acrino, passou a reivindicar o seu direito de posse, estabelecendo uma nova dinâmica de controle dos meios de produção.

Segundo o Sr. José Matias (Zé Matias), 59 anos, filho da Sr^a. Constantina Gonçalves e do Sr. Cipriano Matias, e a Sr^a. Maria Ivone dos Reis Matias (Ivone), 63 anos, filha do Sr. José Luis da Silva Reis e da Sr^a. Rosalina Gonçalves, nascidos na área em que atualmente se localiza o PA estudado e/ou nas proximidades desta, há mais de 300 anos a área deste PA já vinha sendo habitada. Sobre isso dizem o seguinte:

“[...] aquela área (do PA BAB) era devoluta da União e nela existiam várias comunidades ribeirinhas que moravam na beira do rio Jupuíba que é braço do rio Acará. Essa ‘ocupação’ aqui tem mais de 300 anos, sendo os seus antepassados indígenas” (Zé Matias, 59 anos, morador do PA, trabalho de campo, 2009).

Observa-se que a grande instabilidade social da Amazônia no processo de ocupação através de métodos intervencionistas adotados pelo Governo Federal, engendrou mecanismos dos conflitos políticos e sociais na Amazônia. Esses conflitos afloraram nas disputas entre os posseiros e os fazendeiros; entre os madeireiros e os castanheiros; entre os garimpeiros e mineradores; enfim, entre os latifúndios e as populações locais.

Segundo a narrativa dos entrevistados, em 1962 chegou um senhor conhecido como Acrino Breda, oriundo da cidade de Colatina no Espírito Santo. Esse senhor, proveniente de família detentora de fazendas de gado e café, na época de sua chegada era ainda “moço novo” (aproximadamente 20 anos), e fora se instalar na casa dos pais da Sr^a. Ivone. Acompanhando esse “moço novo”, chegaram cerca de vinte homens que afirmavam ser ele o proprietário daquela área, e que seu objetivo era de instalar uma fazenda para produção de leite e queijo. Naquela época cada família tinha ali sua produção e seu “pedaço de chão”, com a chegada do Acrino, as famílias aos poucos foram sendo expropriadas de suas terras.

A política de ocupação da Amazônia do governo federal favoreceu a criação de latifúndio e a expropriação das terras das populações que já habitavam esta região por décadas ou mesmo séculos, para a formação de fazendas. Como foi o caso que ocorreu na área deste estudo e como analisado no estudo de Moreira (2009) na região do Moju. Para tanto se desenvolveu um processo de grilagem de terras, normalmente apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores rurais. Assim, os grileiros formaram os latifúndios. Os agricultores serviam de mão de obra para os trabalhos de derrubadas da mata e plantios, até a formação das fazendas, depois eram expropriados. Aos que resistissem na terra, o poder do “coronel” era explicitado pela perseguição e morte. O descrito por Pereira confirma essa ocorrência, conforme relato abaixo:

Territórios indígenas, terras de camponeses - posseiros invadidas por grileiros. A migração como sobrevivência e resistência, procurando se distanciar da cerca e do cerco do latifúndio. Os diversos enfrentamentos geraram a morte, muitas vezes o massacre e o genocídio. A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação do latifúndio frente à resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária na Amazônia (PEREIRA, 2005).

Após sua instalação, o Sr. Acrino começou a comprar as terras de algumas famílias, expandindo a sua área e aumentando a clareira para implementações do pasto. Prometeu aos que ali moravam e aos que para ele trabalhassem que poderiam permanecer na terra. No entanto, no final dos anos de 1960, seus pistoleiros começaram a expulsar as famílias da terra que outrora lhes pertencia para a expansão da pecuária e do pasto. Há vários relatos de violência desse período, como o que segue abaixo:

“Em 1969 ele e os seus pistoleiros chegaram e tiraram a minha família. Chegou com pistoleiros e mandou tirar as nossas coisas de dentro da casa e tocou fogo. Lá só tivemos tempo de tirar o milho e alguns potes, os pistoleiros tocaram fogo na casa [...]. Mesmo acontecendo essas coisas o STR do Acará não fazia nada... Foi quando chegou o Benezinho do STR de Tomé-Açu na área para acompanhar as agressões. Nesse momento o Acrino tentou ‘comprar’ o Benezinho, mas ele não se ‘vendeu’. Dessa forma ele resolveu matar o Benezinho e mais três pessoas no assentamento, eu, José Luís Matias (Zé Matias), o Timóteo Dias dos Santos (Timóteo) e o Samanguara” (Zé Matias, 59 anos, morador do PA, trabalho de campo, 2009).

Em trabalho publicado, Bruno (1997), ao analisar as práticas dos proprietários e empresários rurais no Brasil, nos anos de 1980, afirma que dois traços marcam o seu perfil: a defesa da propriedade como direito absoluto e a violência como prática de classe, algo herdado e adquirido pelo trabalho e associado a essa noção de propriedade. A propriedade da terra surge como direito incontestável eterno e absoluto. Forma segura para criar riqueza e obter reconhecimento político, status e prestígio estável.

Desde que teve conhecimento do conflito pela posse da terra que estava ocorrendo por causa das investidas de grilagem do Sr. Acrino da então fazenda Colatina, o Sr. Benedito Alves Bandeira (Benezinho), presidente do STR de Tomé Açu, empenhava-se cada vez mais em apoiar os agricultores da área do conflito em questão. E por sua representação junto às lutas, como esta, era ele bastante conhecido no município de atuação de seu STR, diferentemente do posicionamento do STR do município do Acará, então preferiu não se envolver no caso citado anteriormente.

Em maio de 1984¹⁷, após uma reunião do STR de Tomé Açu, o Sr. Benezinho e seu amigo, o Sr. Antonio Santana Rodrigues (Antônio Juvêncio¹⁸), que na época era delegado sindical deste sindicato, conversaram sobre a situação que estava ocorrendo com relação à disputa pela terra no município de Tomé Açu. Benezinho confidenciou ao amigo que um deles morreria em breve, e a seu pedido deveriam se comprometer, naquele dia, que aquele que sobrevivesse iria se empenhar pelo fortalecimento da luta pela terra junto com os demais agricultores. Benezinho entendia que, com a morte de um dos dois, os agricultores teriam mais coragem para lutar.

“Eles mataram o Benezinho antes da ocupação da área para virar o assentamento, porque o Benezinho foi questionar a violência contra os trabalhadores. Eles mataram o Benezinho em Tome Açu no dia 4 de julho de 1984, depois foram no assentamento tentar matar os outros três (o José Luis Matias, o Timóteo e o Samanguara), mas chegando ao assentamento viram a polícia do Acará. Nisso eles voltaram e tentaram fugir pela balsa do rio Capim chegando lá na espera da balsa foram presos pela policia de Tomé-açu e Acará” (Antonio Santana Rodrigues, 65 anos, morador do PA, trabalho de campo, 2009).

Presos na delegacia do município de Tome Açu, os três pistoleiros acusados de matar o Sr. Benezinho foram mortos pela população de Tomé-Açu. Neste episódio, segundo o

¹⁷ Nesse mesmo ano, o governador do estado do Pará era o Sr. Jader Barbalho.

¹⁸ Conhecido dessa forma porque seu pai era Juvêncio.

Sr. Matias, mais de cinco mil pessoas resolveram invadir a delegacia para “fazer justiça com as próprias mãos”.

Os membros da diretoria do STR de Tomé Açu acreditavam, até então, que esse assassinato havia sido em decorrência da disputa pela área de Tomé Açu (local em que ocorreu o assassinato). No entanto, descobriram em seguida que o motivo havia sido por causa das terras do Sr. Acrino, no município do Acará. Após o assassinato do Sr. Benezinho, ainda no mesmo ano, o Sr. Adriano Rodrigues, seu vice, assume a presidência do STR, e o Sr. Antônio Juvêncio foi para a área da fazenda Colatina no intuito de organizar os agricultores para a ocupação da terra. Depois da ocupação desta fazenda, o Sargento Barata da Polícia Militar (PM), a mando do Sr. Acrino, passou a perseguir os agricultores e apreender as motosserras, iniciando assim uma nova etapa de perseguição e violência.

Pereira (2004) também relata ações de violência cometida por policiais militares, do estado do Pará, contra trabalhadores rurais na disputa pela posse da terra, a serviços de proprietários e empresários rurais na região do Araguaia. Até julho de 1981, a CPT havia registrado 916 conflitos fundiários em todas as regiões do país, envolvendo nada mais, nada menos que 261.791 famílias, um total de quase 2 milhões de pessoas. Somente no estado do Pará ocorreram 151 conflitos envolvendo 208.272 pessoas, numa área com mais de 13 milhões de hectares de terra (CPT, 1983). Em 24 de agosto de 1984 o Sr. Antônio Juvêncio foi para São Paulo/SP participar do congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em que denunciou a violência cometida contra os trabalhadores rurais e o assassinato de Benezinho, conforme descrito a seguir no relato do entrevistado:

“Passei quinze dias lá (São Paulo). No terceiro dia foram divididos os grupos e falei num auditório, com muito medo, até o meio dia sobre a violência no campo e o Assassinato do Benedito Alves Bandeira. Na hora do almoço me colocaram para junto com os ‘barbudos’, com os quais fiquei mais tranquilo. Naquele ano foi eleito Paulo Paim como Presidente da CUT [...] Fui a São Bernardo do Campo em que conheci o atual presidente Lula” (Antonio Santana Rodrigues, 65 anos, morador do PA, trabalho de campo, 2009).

Ameaçados pelas ações do Sr. Acrino, os agricultores resolveram fazer uma reunião que contou com a participação de aproximadamente duzentos homens. Assim, no interior das matas organizaram e executaram a morte do Sargento Barata, ocorrida no final de 1984. Após esse episódio, em maio 1985, cento e trinta e cinco famílias ocuparam efetivamente a área e começaram a fazer as suas roças (cultivos agrícolas). Vale ressaltar que

havia na fazenda Colatina 900 ha de pasto que não foram ocupados por nenhuma família, o que despertava posteriormente interesse dos fazendeiros do município do Acará e de adjacentes a este.

Neste momento o Sr. Acrino mandou um vaqueiro para nova tentativa de intimidação dos posseiros, mas este foi alvejado por tiros, o que o deixou na cadeira de rodas. Conforme Martins (1981) e Pereira (2004), na maioria dos casos, os trabalhadores rurais, sem alternativa, se encontravam diante da situação de resistirem ou serem expulsos com as suas famílias da terra. Meses depois novas investidas de retomada da fazenda são feitas pelo Sr. Acrino. Mandado por ele, um vaqueiro conhecido por Ailton, dizia apenas ter o propósito de alugar o pasto e ficar instalado no assentamento. Esse fato gerou tensões e novos conflitos, pois muitas famílias, desconfiadas, não aceitaram sua permanência no local.

No final de 1985, a Eng^a Agrônoma Maria Santana, Superintendente do INCRA, foi até ao assentamento para realizar uma reunião que daria início ao processo de criação do PA. Neste mesmo ano, o Sr. Manoel Barradas foi eleito presidente do STR de Tomé Açu. Até então, o Sr. Antônio Juvêncio continuou delegado sindical e criou duas subdelegacias, uma na Vila Colatina (dentro do PA BAB) a qual ficou sob responsabilidade do Sr. Genésio e a outra no Jupuíba (comunidade estabelecida no limite da área do PA), que teve como representante o Sr. Timóteo.

No início de 1986, o Sr. Ailton contratou um pistoleiro que assassinou o Sr. Genésio, a mando do Sr. Acrino, como tentativa de desarticular a organização dos agricultores, por acreditar que isso ocorreria em razão desse senhor ser um forte mobilizador das lutas que ocorreriam ali. Neste mesmo ano, o então Ministro da Reforma Agrária, Sr. Marcos Freire, esteve no estado do Pará para o levantamento de informações sobre a área e as famílias, no intuito de iniciar o processo de desapropriação. O decreto de desapropriação foi assinado em 1987, ano em que o Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária era o Sr. Jader Barbalho. Somente em 1988, o INCRA desapropriou¹⁹ efetivamente a área de 11.000 ha da fazenda Colatina e iniciou a demarcação dos lotes²⁰ para “assentar” aproximadamente duzentos e cinco famílias.

Foi nesse contexto histórico que os assentados fundaram em dezembro de 1989 a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB), que atualmente é constituída por cento e sessenta associados.

¹⁹ Conforme consta nos documentos oficiais no INCRA.

²⁰ Em geral, os lotes demarcados foram de 20 ha a 100 ha, respeitando a forma tradicional de divisão de terras entre as famílias.

5 DA ORGANIZAÇÃO À PRÁTICA OU DA PRÁTICA À ORGANIZAÇÃO? O CASO DO MUTIRÃO DO BAB

5.1 A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA FORMAÇÃO DO GRUPO

A origem do mutirão no PA BAB começa com ações da CPT no município de Bujaru, distante cerca de 60 km de Belém no nordeste paraense. A experiência de práticas em regime de mutirão neste município vem desde o final da década de 70. Organizado pela Igreja Católica, através da CPT, nas trilhas das *comunidades eclesiais de base*, por intermédio de programas especiais como o *Educação Popular*, a ideia do mutirão era promover a “ajuda mútua” para a construção de bens comuns e coletivos (como a construção de uma estrada ou uma escola) ou individuais como os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa, etc). Essa prática, muitas vezes, também era associada às festas para motivar as pessoas.

Nessas festas, o intuito, normalmente, era fomentar a participação de todas as famílias da comunidade: os homens jovens e adultos ficavam com os trabalhos mais duros; as crianças e as jovens mulheres ficavam com os serviços mais leves (como a limpeza do terreiro, das panelas, a organização da louça, etc); cabia às mulheres a preparação da alimentação ou a raspa da mandioca na «farinhada». Sobre este tipo de trabalho coletivo, Sabourin (1999) diz que a regulação das diversas formas de *mutirão* é característica da lógica de reciprocidade indígena ou camponesa.

Trata-se de solidariedade na produção e de redistribuição da força de trabalho no seio da comunidade. Esta não é obrigatoriamente igualitária, já que o retorno não é imediato e não tem contagem ou simetria das prestações. Até pode existir certa concorrência na «redistribuição» de alimentos ou bebidas entre as famílias (SABOURIN, 1999).

Na formação do Grupo do Mutirão²¹, o que aconteceu muito antes da criação do PA BAB, o seus membros viviam com suas famílias no município de Bujaru em comunidades católicas à margem da PA 140 (entre os municípios de Bujaru e de Concórdia do Pará), de acordo com as informações sistematizadas no Quadro 1. Nessas comunidades, segundo o Sr. Louro, a discussão de mutirão já acontecia desde 1979, sendo que a ida dessas

21 Antes conhecidas como o Grupo de Bujarú,

famílias para o PA BAB foi motivada inicialmente pela falta de terras²² e o plano de expansão da Igreja na região.

Liderança	Atuação	Localização
Louro	Comunidade Dom Macedo Costa	Km 7 da PA 140
Arthur	Comunidade Santa Maria	Km 7 da PA 140
Zezinho	Delegacia sindical	Km 11 da PA 140
Antonina	Áreas de Quilombo	Beira da PA 140

QUADRO 01: Informações sobre a localização das comunidades católicas, nas quais residiam as famílias das lideranças do Grupo do Bujaru.

Na estrutura da Igreja, essas comunidades eram coordenadas pelo Sr. Arthur Cunha de Vasconcelos (Arthur - agricultor), que mais tarde viria a ser uma das lideranças do mutirão. Essas comunidades tinham relação com a diocese de Abaetetuba e desenvolviam atividades na educação popular²³ (ver Figura 1, pg. 15). A respeito das comunidades católicas e das atividades que nelas são desenvolvidas, Pereira (2008) relata que:

[...] a reflexão bíblico-religiosa a partir de suas realidades, por meio das celebrações, dos terços, das novenas e das festas, estimulava os posseiros a resistirem em suas terras. As suas participações nas assembleias paroquiais e diocesanas, as chamadas ‘assembleias do povo de Deus’, nos encontros e nos cursos de cantos religiosos e populares etc, somadas às atividades específicas da CPT, possibilitavam estes posseiros perceberem que estavam totalmente isolados e que a situação era igual a de muitos outros. Eram situações que de certa forma os animava para lutar. A resistência destes tendia ser maior (PEREIRA, 2008, p.67).

Conforme descrito acima, a prática do mutirão chegou ao PA BAB com a vinda de um grupo de famílias de agricultores do município de Bujaru ligados à CPT de Bujaru, que era ligada à arquidiocese de Abaetetuba, movidos pela relação de parentesco e ajuda mútua. Os primeiros integrantes no PA desse grupo se instalaram num lote na terceira

22 Já não havia a quantidade de terras suficientes para os filhos dos agricultores que casavam e queriam constituir as suas famílias. Viram então a possibilidade de terra no PA BAB.

23 Programas de educação destinados aos jovens e adultos. A maioria dos quais assumiu caráter assistencialista, por considerar a população do campo inculta, atrasada e desajustada. Adotando uma perspectiva diversa, alguns dos movimentos de educação popular que se desenvolveram nesse período comportaram iniciativas especialmente voltadas à população rural, como as escolas radiofônicas organizadas pelo Movimento de Educação de Base, que recebeu forte influência da pedagogia libertadora formulada por Paulo Freire.

travessa em frente ao lote do Sr. Nito e lá permaneceram trabalhando de forma coletiva, e em regime de mutirão, até que conseguissem o seu lote.

“[...] Para poderem se instalar na área trabalhavam de forma coletiva e comiam de forma coletiva. A esposa do Sr Nito, Dona Maria José era quem fazia a comida para todos e também era quem lavava a roupa do batalhão até que o indivíduo conseguisse o lote e trouxessem a sua família” (Raimundo de Vasconcelos Cunha, 43 anos, morador do PA. Trabalho de campo, 2009).

A figura 3 mostra a família do Sr. Nito da Silva Lobo (Sr. Nito, 55 anos), membro do grupo do mutirão em Bujaru, uma das primeiras famílias que se instalará no PA BAB. Essa família foi de grande importância no processo inicial da constituição do Grupo do Mutirão já que foi através dela que vieram outros membros.



FIGURA 03: Família do Sr. Nito em sua casa, a que serviu de abrigo aos primeiros membros do grupo do mutirão.

Neste início de trabalho, para a organização das famílias que vieram das comunidades da PA 140, a Igreja designou o Sr. Louro para participar das reuniões da CPT²⁴

²⁴ Além das lideranças apresentadas no quadro 1, contava também com o Sr. Raimundo Soares, que permanece residindo no município de Bujarú. Esse senhor contribuiu nas discussões que envolvia a “direção do movimento” no PA BAB.

que ocorriam quinzenalmente no município de Bujaru com o Padre Sergio. Nestas reuniões eram discutidas ações para fortalecer a organização dos agricultores familiares no PA BAB e a criação de novas Comunidades Eclesiais de Base²⁵ (CEB's) e de grupos de mutirão. Discutiam-se, também, as ações da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB). Vale destacar que uma das estratégias discutidas era a de promover a realização de serviços comunitários em mutirão para estimular a formação de CEB's, as quais - São João, São Pedro, Nossa Senhora Aparecida e São Francisco de Assis - foram criadas a partir disto.

Desde aquela época, as ações políticas, religiosas e produtivas do grupo do mutirão eram coletivas (construção de escola e casas, plantio de maracujá - *Passiflora edulis* e *Passiflora alata* Dryand, abertura e manutenção de estradas, construção e manutenção de pontes, etc.), tudo era planejado e organizado pelo grupo, dirigido pela Igreja Católica, através da CPT.

Desde a chegada do Sr. Nito, havia interesse de trazer outros membros do antigo mutirão de Bujaru para o PA BAB. Em dezembro de 1989, o grupo do mutirão dá um passo importante no seu fortalecimento quando consegue introduzir o Sr. Arthur na primeira diretoria da APRABAB, cujo presidente e vice era o Sr. Timóteo e o Sr. Zé Rodrigues (Zé da Reza) respectivamente, os quais contavam com o apoio do Sr. Cametá, que na época era delegado do STR do município do Acará.

A partir de então, o Sr. Arthur começou a intervir em favor da aquisição de lotes para as famílias que já haviam chegado de Bujaru, e também, para as demais famílias vindas desse município por intermédio do Grupo do Mutirão, as quais passaram a adquirir, cada uma, seus próprios lotes. Observa-se que a Igreja Católica, através da CPT, efetivou não apenas a organização da força de trabalho e da produção, mas deu expressão, direção e significado mais amplo à luta dos assentados no assentamento. Com o passar do tempo, os conflitos ora localizados passaram a ter dimensões políticas mais amplas. Segundo Medeiros e Esterici (1994), a mediação de instituições, como a Igreja e o STRs, permitiu que questões de âmbito local fossem tratadas como algo mais amplo, envolvendo interesses globais.

²⁵ Vale ressaltar que as CEBS originaram-se no Brasil no início da década de 60. Segundo SKDMORE (1988), as CEBS, "são constituídas por células de estudos leigos, cuja criação foi encorajada pela hierarquia eclesial a partir dos anos 60. Não têm estrutura definida. O agente pastoral ou o organizador é usualmente um padre ou uma freira. As comunidades compõem-se em média de 15 -25 pessoas, embora seu número possa chegar a 100-200 na zona rural" (p. 358).

Segundo Raimundo de Vasconcelos (Sr. Louro²⁶), no início do assentamento, o Sr. Cameté, como delegado sindical, instalou uma porteira na entrada do PA e estabeleceu um pedágio para os caminhões madeireiros. Além disso, conforme os relatos do Sr. Louro, “as pessoas para entrarem no assentamento e adquirirem seus lotes tinham que pagar para o delegado sindical do STR do Acará. Esse pagamento podia ser feito em dinheiro, em diárias, em trabalho ou com parte da produção”. Essa situação começa a mudar com a intervenção da Igreja e com a chegada de famílias que participavam de grupos de mutirão no município de Bujaru.

“Quando chegam as famílias do Bujaru com o Sr Nito, que chegou a pagar diárias para o delegado sindical, as coisas não mudaram muito. Agora quando veio os demais, como os ‘irmãos’ Louro e o Zé da Fetagri (delegado do STR de Bujaru), cunhados do seu Nito, resolveram não pagar por serem também de sindicato. Neste momento iniciou as desavenças” (Raimundo de Paula Ferreira - Bigode, 46 anos, morador do PA. Trabalho de campo, 2009).

Neste período, o Sr. Cameté tinha, e mantém até os dias atuais, relação com a Prefeitura do Acará nas pessoas do Senhor Baia (prefeito na época) e da Senhora Francisca Martins (atual prefeita e filha do Senhor Baia), com o STR do Acará, dirigido pelo grupo do Beto Faro²⁷ e Elias²⁸. Vale destacar que os STRs de todo o Brasil estavam submetidos aos critérios legais, regulados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), conferindo real existência ao Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), o governo acabou transformando vários sindicatos em núcleos de atendimento médico e odontológico. Por esse meio, os órgãos oficiais acabaram não só desmobilizando a atuação desses STRs, mas despolitizando os conflitos pela posse da terra em algumas regiões do Brasil. Em estudo feito no município de Conceição do Araguaia no Pará, Pereira (2004), afirma que a ação do governo de transformar o STR em núcleo assistencialista conseguiu torná-lo organismo de políticos clientelistas detentores do poder local, além de desarticular, com isso, as possíveis mediações da Igreja Católica na região.

Mesmo não sendo uma organização política, a CPT, nas áreas de tensões sociais, mediava e administrava politicamente os conflitos, seja em relação aos aparelhos de

²⁶ Agricultor e presidente da APRABAB de 1996 a 1997 e de 2005 a 2007.

²⁷ Deputado federal do PT ex-superintendente do INCRA.

²⁸ Atual prefeito de Concórdia do Pará.

Estado, sobretudo àqueles responsáveis pelas questões agrárias, seja no que se refere à sociedade como um todo, por meio da imprensa e por intermédio de seus próprios canais, como cartas, panfletos, boletins, assembleias, conferências, missas, romarias, novenas, círculos bíblicos e outros. A atuação da CPT como mediadora e “direção do movimento” no PA BAB propiciou maior visibilidade aos conflitos e à luta pela posse e permanência na terra dos agricultores e suas famílias.

5.2 O GRUPO DO MUTIRÃO: A PRÁTICA COLETIVA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.

Como o mutirão têm-se tornado cada vez menos frequentes nas áreas de assentamentos rurais em dias atuais e, quando ocorre, geralmente tem como objetivo realizar atividades relacionadas às infraestruturas locais de benefício coletivo²⁹. No PA BAB, esta prática tem orientado mudanças nas relações de produção e de organização das famílias dos agricultores familiares.

O relato a seguir é de um técnico de ATES que, ao se deparar com a experiência vivenciada pelas famílias que realizam o mutirão PA BAB, ressalta sua admiração e tece comentários positivos sobre essa prática:

“O mutirão é muito organizado no assentamento, é uma construção deles (dos agricultores) próprios, e que ajuda muito o trabalho da gente. Pode-se dizer que a forma da associação é uma das poucas que se conhece. Ela trabalha junto com a gente, e isso sempre foi muito importante nos trabalhos da assistência técnica. Tem problema, claro, tem sim. São muitas cabeças, e aí tem muito problema, muitas opiniões. Mas o principal que vejo é que discutem, reúnem muitas vezes” (Jhonatas Santa Brigida de Souza, 20 anos, ATES do PA BAB. IAAM, 2006).

Na primeira fase do mutirão no PA BAB, que vai de 1989 a 1997, o planejamento das atividades desenvolvidas nos lotes pelo grupo do mutirão ficava sob a responsabilidade do agricultor dono do lote. Esse é um aspecto que diferencia a experiência

²⁹Abertura de um ramal, limpeza de um igarapé, construção de uma ponte, etc.

da prática coletiva do PA BAB das experiências de práticas coletivas realizadas em muitos assentamentos, especialmente as organizadas pelo MST, em que a decisão das ações a serem desenvolvida no lote é da direção do movimento. No caso do BAB, o planejamento é realizado em reunião, durante a semana que antecede a execução das atividades, para que assim os agricultores possam preparar as suas ferramentas de trabalho. Todos que participam do Grupo do Mutirão são contemplados com os trabalhos em seus lotes, uma vez que o funcionamento dar-se-á de forma rotativa. O quadro 2, abaixo mostra como era a composição do Grupo do Mutirão na sua primeira fase.

Fase 1 - 1989 – 1997		
NOME	Apelido	Origem
Antonio Medeira	Antonio	Concórdia
Francisco Antonio	Xico Antonio	Ceará
Bernaldo Viana da Silva	Bernaldo	Ceará
Josias Gomes da Silva	Josias	Capitão Poço
Arthur cunha de Vasconcelos	Arthur	Bujaru
Raimundo de Vasconcelos	Louro	Bujaru
José Lira	Zé Lira	Ceará
José	José Perereca	Acará
Benedito Oliveira da Silva	Kiba	Acará
João Damasceno	João	Concórdia

QUADRO 02: Membros da fase 1 do grupo do mutirão do PA BAB.

Não havia interferência do grupo nas decisões das atividades desenvolvidas nos lotes, isto é, todas as atividades e sua forma de execução são decididas e gerenciadas pelo detentor do lote em questão. Este é um dos princípios que se mantêm até os dias atuais. O que pode ser constatado a partir do relato de um entrevistado:

“No meu lote, por exemplo, a atividade que sempre desenvolvo é na área do pasto. Nos outros lotes são feitas outras atividades. A organização dos trabalhos desenvolvidos pelo mutirão é com relação aos dias trabalhados, isto é, independe do tamanho da área ou do tipo de trabalho. [...] O tipo de trabalho e o local a ser trabalhado são definidos pelo dono do lote” (Raimundo de Paula Ferreira, 46 anos, morador do PA. Trabalho de campo, 2009).

Frequentemente há mutirões para desenvolver atividades de interesse da comunidade, ou para os casos nos quais os agricultores estejam impossibilitados de assumirem as tarefas no lote por razão de enfermidades ou de serem designados para uma atividade pela associação, mesmo nos casos de assentados que não fazem parte das famílias do grupo do mutirão. Nesses tipos de mutirões, cada membro ou participante leva o seu almoço. Vale ressaltar que em nenhum dos casos existe pagamento ou reembolso de diária de trabalho.

A especificação e intensidade do trabalho se dão desde o início (nas duas fases do mutirão) de acordo com o calendário agrícola, como mostra o quadro 3, abaixo.

Atividades	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Broca							X	X	X			
Derruba								X	X	X		
Queima									X	X	X	
Plantio (maniva)	X								X			X
Colheita da Maniva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Plantio de arroz e milho	X											X
Colheita do milho e arroz				X	X	X						
Plantio de feijão					X	X	X					
Colheita do feijão									X	X	X	
Capina	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

QUADRO 03: Calendário das atividades agrícolas desenvolvidas através de mutirão no PA BAB.

As épocas de trabalho de broca, derruba e queima requerem uma intensidade maior e, nestes casos, empreende-se um maior número de dias para a realização dos mutirões. No caso da colheita do arroz, a prática do mutirão é também intensificada vista a necessidade dessa colheita ser feita de uma só vez, porque caso contrário os grãos caem e é perdido parte da produção. A capina, por ser uma prática indispensável para uma boa produção, já que reduz a competição com as ervas daninhas, e por ser exigida, normalmente em grandes áreas, no caso do BAB, deve ser feita de uma só vez e em maior frequência durante o ano (mais vezes).

Uma vez agendado o local e o dia das atividades do mutirão nos lotes, todos se organizam para dar início aos trabalhos logo cedo pela manhã. O depoimento a seguir revela isso:

“Normalmente o trabalho do mutirão começa por volta das 07h30min da manhã e o serviço finaliza por volta das 16h30min da tarde. Todo mundo trabalha no mesmo lote, mas pode acontecer que o grupo seja dividido nos trabalhos do lote. Por exemplo, uma parte do grupo vai para a capina e a outra vai para o plantio. As refeições são organizadas pelo dono do lote. O almoço é às 12h, antes dele é servida uma merenda. O café é servido o dia inteiro. No final da tarde, se o dono quiser, ele dá uma merenda, mas não tem obrigação” (Edilson da Silva Santos, 30 anos, Assentado. Trabalho de campo, 2009).

Vale ressaltar que a maioria dos assentados não quer trabalhar em mutirão, pois não concordam como ele é desenvolvido. Este fato foi também descrito por Brenneisen (2003) num assentamento por ela estudado. Porém neste assentamento organizado pelo MST os trabalhos não são voluntários; a organização não é feita pelo grupo, mas, pela direção e a tarefa não é definida pelo dono do lote. No PA BAB a prática do mutirão é adotada por 18 a 20 famílias (Grupo do Mutirão), o que representa apenas cerca de 10% do total de famílias que ali residem. Apesar de essa quantidade ter pouca representatividade quando comparada ao universo total³⁰ das famílias desse PA, a avaliação atribuída a sua representação, bem como as atividades por ele desenvolvidas, não pode ser apenas nessa perspectiva, e para a qual se considera pertinente uma análise a partir das abrangências e magnitude de suas ações, isto é, qualitativamente. Além disso, se comparado com outros assentamentos, raramente encontram-se grupos de mutirão. A figura 4 apresenta uma das espécies cultivadas no PA BAB e uma das que representa certa relevância na produção agrícola desenvolvida. Em alguns casos recorre-se ao mutirão para executar as atividades por ela exigidas.

³⁰ Existe no PA um total de 205 famílias.



FIGURA 04: Sr. Arthur Cunha de Vasconcelos, 52 anos, apresentando seu plantio de açai (*Euterpe oleracea*).

De 1997 a 2000, o grupo do mutirão parou de se reunir devido à saída de sua principal liderança, o Sr. Louro, por conta de seu desgaste político após sua renúncia forçada da APRABAB, em 1997. Entretanto, neste período, em que o Grupo do Mutirão deixa de se reunir de forma mais organizada, as relações interpessoais continuam a existir e trocas de trabalho continuam a ser executadas no assentamento.

“Os Agricultores gostavam muito de vim para o mutirão por causa da comida (porco, pato, peru). Nessa época era uma folia. Uma vez, o Josias³¹ chamou a gente para a casa do Sr. Waldemar, um assentado que não era do grupo. Nós fomos. Na merenda ele tinha matado um jabuti, porém no almoço ele deu só o almoço e o feijão puro. Nunca mais fomos à casa dele. O mutirão é bom. É coisa boa. Pena que acabou. As vezes a gente matava criação e alguns não vinham; de vez em quando a gente levava uma canelada” (Sr. Nito, 55 anos Assentado. Trabalho de campo, 2009)

No final do ano de 2000, alguns membros do antigo Grupo do Mutirão, liderados pelo Sr. Louro, voltam a se reorganizar e a disputar as eleições da APRABAB. O que conduziu a eleição em outubro de 2001 do Sr. Francisco Airton de Paulo (Chico Anjo) à presidência e de seu vice o Sr. Edmilson Lima Andrade (Gordo), membro do grupo do

³¹ Um assentado e membro do Grupo do Mutirão na sua primeira fase.

mutirão. Neste momento o grupo do mutirão volta a se organizar e é com isso inaugurada a segunda fase do Grupo do Mutirão que vai até o final de 2007. Vale destacar que recentemente foi introduzido o controle da frequência nos dias de trabalho. Isso não era feito antes, na primeira fase.

“Com o grupo mais antigo, pois, todos tinham consciência. Neste novo grupo, estamos precisando anotar, pois tem muita gente nova. Precisamos ter uma melhor visão do que esta acontecendo. No último trabalho, do viveiro, temos anotado. O trabalho do mutirão é feito em ‘rodada’ e começa em um lote e segue até o último. E, depois recomeça” (José Aurélio da Silva Pinto, 40 anos, morador do PA. Trabalho de campo, 2009).

Nota-se que dentre os aspectos sociais desenvolvidos no mutirão do BAB, a relação construída através do trabalho coletivo entre as famílias com ou sem laço de parentesco faz referência à lógica da reciprocidade como descrito por Saborin (1999)³² em que na troca da força de trabalho em regime de mutirão o sistema de reciprocidade não considera apenas a produção exclusiva de bens coletivos, mas a criação de laços e valores do ser sociável, fortalecendo o sentimento de pertencimento do grupo social. Essa situação, também pode ser explicada a partir das teses de Darré (1986, p. 143 – 151), em que é permitido perceber que essas práticas modificam as práticas dos grupos, integrando novas relações e estratégias no convívio social, político e ambiental. Também é possível perceber elementos da dádiva, como bem explica as teses de Mauss (Ver pag. 30 e 31), em que dar, receber e retribuir faz parte das relações sociais desenvolvidas pelo grupo do mutirão. Abaixo o quadro 4 mostra os participantes da segunda fase do Grupo do Mutirão.

³² Ver pagina 30.

Fase 2 - 2000 – 2007		
NOME	Apelido	Origem
Almir de Souza Carvalho	Almir	
Antonio Carlos da Cruz Lima	Carlos	Mãe do Rio
Antônio Claudio da Cruz Lima	Boé	Mãe do Rio
Antonio de Almeida Andrade	Toinho	Marituba
Antônio Denis	Denis	Acará
Antonio do Socorro	Piranga	
Antonio Marcos da Cruz Lima	Marquinho	Mãe do Rio
Arthur cunha de Vasconcelos	Arthur	Bujaru
Edilson da Silva Santos	Edilson	Bujaru
Edizio Lima de Andrade	Pistola	Capitão Poço
Edmilson de Lima Andrade	Gordo	Marituba
Euclides Lima de Andrade	Quida	Capitão Poço
Francisco José da Silva Felix	Xico Felix	
Gabriel da Cruz Lima	Gabriel	Mãe do Rio
Hilaires lima Maciel	Hilaires	Macapá
Jeova da Silva Pinto	Araponga	Bujaru
João Bosco Pinheiro	Bosco	Concórdia
José Aurélio da silva Pinto	Aurélio	Bujaru
Raimundo de Paula ferreira	Bigode	Capitão Poço
Raimundo de Vasconcelos	Louro	Bujaru
Raimundo Lima de Andrade	Mundico	Capitão Poço
Waldir da Silva Pinto	Waldir	Bujaru

QUADRO 04: Membros da fase II do grupo do mutirão do PA BAB

Normalmente, os trabalhos do mutirão são finalizados às 16h, e às 16h30min, é iniciada a reunião da APRABAB que é realizada uma vez por semana. Essas reuniões são convocadas e conduzidas em um dos dias em que é realizado o mutirão, ao término do trabalho. Em geral, acontecem nos lotes dos agricultores, o que possibilita a participação de outras pessoas que residem nas proximidades. As atividades do mutirão passaram a acontecer durante dois ou três dias da semana, sendo os demais dias designados às atividades em família.

No final de 2007, o Sr. Louro se afasta, mais uma vez, por motivo de doença, mas, segundo alguns depoimentos, fruto de um intenso processo de disputa pela direção do

grupo, que resultou na formação de dois grupos, um deles liderados pelo Sr. Hilaires e o Sr. Gordo. A disputa pelo poder no grupo do mutirão faz referência aos princípios da dádiva defendidos por Cardoso e Tavares. A cooperação entre os seres humanos pode ser motivada por certos sentimentos de constrangimento que os obrigam a participar desses círculos de reciprocidade, mas pode também favorecer a competição pelo poder. Dessa forma, a dádiva pode assumir diferentes características nas relações sociais dos grupos, de acordo com a época e o lugar em que é posta em prática (CARDOSO; TAVARES, 2006).

Apesar de novamente desarticular as reuniões do grupo, os mutirões continuaram a acontecer, sob a forma de troca de trabalho, agora em dois grupos: um mais no final da segunda travessa e outro mais no início da segunda e terceira travessa, de acordo com a divisão abaixo:

GRUPO 1 Final da segunda travessa	GRUPO 2 Início da segunda e terceira travessa
José Aurélio da Silva Pinto	Waldir da Silva Pinto
Antonio Carlos da Cruz Lima	Antônio Denis
Gabriel da Cruz Lima	Antonio de Almeida Andrade
Francisco José da Silva Felix	Arthur Cunha de Vasconcelos
João Bosco Pinheiro	Raimundo de Paula Ferreira
Almir de Souza Carvalho	Edilson da Silva Santos
Antonio Marcos da Cruz Lima	Raimundo Lima de Andrade
Antônio Claudio da Cruz Lima	Raimundo de Vasconcelos
	Hilaires Lima Maciel
	Euclides Lima de Andrade
	Edmilson de Lima Andrade

QUADRO 05: Composição dos Grupos para a realização da troca de trabalho.

As ações do mutirão, portanto, não ocorreram apenas no âmbito das trocas de trabalho dentro dos lotes de seus membros. Em vários momentos as atividades da APRABAB foram definidas a partir do Grupo do Mutirão, em que são executadas da mesma forma através da divisão das tarefas, dividindo as atividades e as responsabilidades. É importante salientar que pessoas, em vários casos, não fazem parte da diretoria, mas, se propõem a executar atividades da associação de forma voluntária.

5.3 O GRUPO DO MUTIRÃO E A ORGANIZAÇÃO POLITICA DO ASSENTAMENTO: UMA EXTRATÉGIA COLETIVA

De 1989 até 1997, na primeira fase, o Grupo do Mutirão experimentou um período de intensa disputa pela “direção do movimento” no PA BAB. Neste período, as experiências do grupo na disputa pela diretoria da APRABAB e na organização dos meios de produção serviram de ferramenta inicial para a gestão mais apropriada de suas áreas, como o pasto coletivo, e para a organização do grupo. Analisando a trajetória desse grupo desde a sua formação, verifica-se a presença de dois eixos estratégicos: a primeira estratégia é a organização dos meios de produção através da troca de trabalho e ajuda mútua; o segundo eixo se apresenta como a organização da luta dos agricultores familiares do assentamento por melhorias das suas condições de vida, através da associação (APRABAB)

Em 1988, Concórdia do Pará se emancipa do município de Bujaru. Neste ano, o Sr. Martinho da Cruz (Cametá)³³ é eleito como delegado sindical do STR do município do Acará. Esse fato provoca mudanças na relação de poder no Município em que esta localizado o PA e, no Município vizinho recém-emancipado, especialmente no PA BAB, cujos assentados estabeleceram relações com a prefeitura do novo Município. A esse respeito, um dos entrevistados relatou que:

“Em 94 prendemos as máquinas do madeireiro Ivalci e fechamos a entrada principal do assentamento, de em que eram retiradas as madeiras, para forçar a prefeitura a consertar as estradas do assentamento. Naquele ano o Renato Coradasso era o prefeito de Concórdia do Pará. Nesse mesmo período, a câmara de vereadores de Concórdia se sentiu forçada a fazer uma seção pública para discutir os problemas de infraestrutura do BAB mesmo estando o assentamento localizado dentro do município do Acará” (Raimundo de Vasconcelos Cunha, 43 anos, morador do PA. Trabalho de campo, 2009).

Como resultados dessa mobilização foram construídas também as duas primeiras escolas em alvenaria no PA (ver figura 5), localizadas na segunda e na terceira travessa, as quais continuam a existir ali. Atualmente, todas as escolas do PA são administradas pelo município do Acará.

³³ Nessa época e até os dias atuais esse senhor é assentado do PA BAB.



FIGURA 05: Escola no PA BAB, fruto da mobilização coletiva dos agricultores.

Depois do mandato de 1989, o Sr. Timóteo é reeleito em 1991 e inicia seu segundo mandato, tendo como seu vice o Sr. Venturinha. Neste segundo mandato, o Sr. Arthur continua participando na diretoria. A figura 6, abaixo, apresenta a sede atual da referida associação.



FIGURA 06: Sede atual da APRABAB no PA BAB, construída em 2007.

A partir desta gestão, o pasto³⁴ da APRABAB foi alugado para um grupo de fazendeiros paranaenses nas proximidades. Em dezembro de 1993, já no terceiro mandato da APRABAB, o Sr. Timóteo constituiu uma chapa única com o Sr. Arthur na presidência e o Sr. Raimundo Lima de Souza (Bemba) como seu vice. Apesar de este agricultor pertencer ao Grupo do Mutirão, o fato de ser evangélico não detinha a confiança da Igreja Católica. No ano seguinte, o Sr. Arthur pede licença da presidência dessa associação e seu vice assume. Nesse período, o Grupo do Mutirão planejou uma compra coletiva de um caminhão, um trator e 200 cabeças de gado, via Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) do governo federal a ser submetido pela APRABAB junto ao Banco da Amazônia (BASA), e que veio a ser financiado em 1995. No entanto, o Sr. Bemba, alterou o projeto outrora planejado, substituindo o gado por uma máquina de beneficiamento de arroz. Porém essa máquina chegou incompleta no BAB, o que inviabilizou seu funcionamento e consequentemente seu uso. Sendo bastante criticado depois disso, este senhor ainda permaneceu na diretoria da APRABAB até o mês de abril de 1996, quando, após vender o lote de sua família, muda-se para o município de Altamira.

Esse episódio vivenciado na gestão do Sr. Bemba repercutiu na divisão do Grupo do Mutirão e na diretoria da APRABAB, o que fragilizou o papel dos demais diretores que participavam com ele frente às outras famílias do PA. Apesar de sair da diretoria da APRABAB só em abril de 1996, o mandato do Sr. Bemba já havia acabado desde dezembro de 1995. Por não terem sido convocadas novas eleições, foi criada uma comissão provisória que funcionou de maio a julho de 1996, cuja função seria a de organizar essa eleição. Fizeram parte dessa comissão o Sr. Arthur e o Sr. Luis Cunha de Vasconcelos (Luisinho).

A eleição para a nova diretoria da APRABAB foi marcada pela disputa de duas chapas, uma ligada ao Sr. Timóteo, Sr. Cametá e Sr. Aluisio³⁵ e a outra, ao Grupo do Mutirão e aos que estavam insatisfeitos com a gestão anterior. Como resultado desse processo, o Sr. Louro tornou-se presidente no dia 10 de agosto de 1996. Apesar do seu prestígio junto às famílias do assentamento, havia muita expectativa quanto ao funcionamento da máquina de arroz o que gerou muita pressão e descontentamento quando foi percebido a demora pelo funcionamento, além do mais, já havia descrédito em relação ao trabalho daquela associação, fato este que, segundo os entrevistados, ocorreu por causa da gestão do Sr. Bemba, pela suspeita de superfaturamento na compra do trator e do caminhão e, da renúncia do Sr. Arthur,

³⁴ Área de 900 ha que era administrada pela APRABAB, considerada coletiva para o conjunto do assentamento.

³⁵ Agricultor familiar e assentado do PA BAB. Sua importância no contexto da disputa pelo poder se dá pela influência que tem juntado aos membros de sua família que residem no PA, os quais são bastante numerosos, e ser cunhado do Sr. Timóteo.

em anos anteriores, ambos, membros do Grupo do Mutirão. Esta situação permitiu que o grupo opositor ao Louro tomasse “na marra” a direção da associação forçando o Sr. Louro, cerca de 6 meses depois de sua eleição, a renunciar a presidência da APRABAB.. A respeito disso, a manifestação do Sr. Louro foi a seguinte:

“[...] o povo aqui queria que a máquina de arroz funcionasse de qualquer jeito. Isso foi difícil. E por conta disso o grupo opositor se fortaleceu e tendo apoio da FETAGRI, Prefeitura do Acará e do INCRA ‘tomaram na marra’ a diretoria da associação. Essa disputa existe até os dias de hoje” (Raimundo de Vasconcelos Cunha, 44 anos, morador do PA. Trabalho de campo, 2010).

Em 10 de outubro de 1997, foi realizada nova eleição para a diretoria da APRABAB, para a qual apenas uma única chapa se inscreveu. Essa eleição resultou na vitória do Sr. Timóteo como presidente e do Sr. Antônio Gonçalves (Antonino) como seu vice. Este fato foi um marco para o Grupo do Mutirão até então existente, pois incidiu na dissolução deste que denominamos aqui o fim do primeiro Grupo do Mutirão no PA BAB. Resultou também, na saída da Igreja Católica da “direção do movimento”, cuja atuação já vinha sendo fragilizada desde a gestão do Sr. Bemba, por causa ser este evangélico. Com isso se cria um vazio na organização de base no assentamento que torna, a partir daí, evidente a relação que há entre a prefeitura e o STR do município do Acará e o INCRA, até então timidamente percebida.

No final do ano de 2000, alguns membros do Grupo do Mutirão liderados pelo Sr. Louro voltam a se reorganizar e a disputar as eleições da APRABAB. O que conduziu à eleição em outubro de 2001 do Sr. Francisco Airton de Paulo (Chico Anjo) à presidência e de seu vice, o Sr. Edmilson Lima Andrade (Gordo), membro do Grupo do Mutirão.

Inaugura-se com isso a segunda fase do Grupo do Mutirão da direção do da APRABAB, agora sem o apoio da CPT. A partir daí, as reuniões da APRABAB passaram a ocorrer uma vez por semana, assim convocadas, e conduzidas em um dos dias em que é realizado o mutirão. São realizadas ao término da atividade nos lotes dos assentados, o que possibilita a participação de outras pessoas que residem nas proximidades de seus lotes.

A reunião semanal da APRABAB é deliberativa e nela todos têm direito a voz e voto independente de pertencer ou não à diretoria. Acontecem de forma rotativa dando oportunidade a mais pessoas frequentarem às reuniões. Existem famílias que, apesar de não participarem do mutirão, frequentam a reunião da APRABAB, em razão desta ser realizada

próximo de suas casas. Há também alguns agricultores que participam da reunião da APRABAB por considerarem sua importância, especialmente para a representação política no assentamento. Diferentemente, a assembleia é realizada, geralmente, na sede da associação, no PA.

Quando algum membro do Grupo precisa ser designado para realizar atividades fora de seu lote ou do PA (exemplos: idas ao INCRA e à Prefeitura), mesmo não participando do trabalho do mutirão, ele tem a garantia de que o trabalho seja realizado no seu lote. Vale ressaltar que existe a preocupação de que a pessoa a ser designada para essas atividades fora do assentamento não seja sempre a mesma, para não perder sua relação com o trabalho, com a terra e com o grupo.

Cabe aqui destacar que algumas lideranças, quando concentram o trabalho sobre si ou sobre poucos, acabam se tornando burocratas e/ou perdem seu referencial de ser agricultor. Por outro lado esta prática inviabiliza que outros agricultores sejam preparados para assumirem cargos de dirigentes nas organizações de seus assentamentos. Isso acontece frequentemente em associações na ausência de pessoas que se dispunham a assumir esse papel.

No quadro a seguir apresenta-se uma síntese de informações a respeito da função de membros da fase I e II do Mutirão em relação a este grupo e à associação no PA BAB.

Dirigente	Participação no Mutirão	Participação na APRABAB	Religião	Membro/Parentes
Gordo	Dirigente	Vice Presidente 2001-2003; 2005-2007 Presidente 2003-2005	Católico	Quida*, Gordo, Pistola*, Mundico*, Toinho*, Bigode, Hilaires, Chico*
Hilaires*	Dirigente		Ateu	
Aurélio*	Dirigente	Tesoureiro 2009-2011	Católico	Valdir*, Edilson, Gabriel*, Marquinho*, Boé* e Carlos*, Aurélio, Araponga*
Edilson*	Dirigente	Presidente 2007-2009	Evangélico	

Arthur	Dirigente	Presidente 1993-1994	Católico	Arthur, Luisinho e Nito, Toinho e Louro
Louro	Dirigente	Presidente 1996-1997 Presidente 2005-2007	Católico	
Nito	Dirigente		Católico	
Denis*	Membro	Vice Presidente 2007-2009	Evangélico	Dona Deuza*

QUADRO 06: Síntese de informações a respeito dos membros do Grupo do Mutirão no BAB³⁶.

* Hilaires Lima Maciel (Hilaires); José Aurélio da Silva Pinto (Aurélio); Edilson da Silva Santos (Edilson); Antônio Valdir da Silva (Valdir); Francisco Almeida Andrade (Chico); Antônio Almeida de Andrade (Toinho); Antônio Denis (Denis); Deuzarina Coutinho dos Santos (Dona Deuza); Raimundo Lima de Andrade (Mundico); Euclides Lima de Andrade (Quida); Pistola (Edizio Lima de Andrade); Gabriel da Cruz Lima (Gabriel); Antônio Claudio da Cruz Lima (Boé); Antônio Marcos da Cruz Lima (Marquinho); Antônio Carlos da Cruz Lima (Carlos); Jeova da Silva Pinto (Araponga), Arthur Cunha de Vasconcelos (Arthur),

Em outubro de 2009, o Grupo do Mutirão junto com outros assentados não vinculados a nenhum grupo do assentamento ganham as eleições para a presidência da APRABAB. Este pleito foi marcado pela disputa com uma chapa articulada e apoiada pela prefeita Francisca Martins do Acará, pelo INCRA de Tomé Açu, na pessoa do Sr. Flávio Arruda, e pelo prefeito de Concórdia Elias Guimarães. Essa disputa foi motivada em especial pelo valor que essas terras passaram a ter em razão da produção do biodiesel (plantio de dendê pela Biovale). Segundo relatos, um ônibus e um carro de som fizeram campanha em favor da outra chapa. Há também denúncias de ameaças do representante do INCRA, que dizia que os recursos do assentamento iriam voltar caso a outra chapa ganhasse. Neste episódio foram eleitos o Sr. Tonhão e o Sr. Zacarias, como presidente e vice-presidente, respectivamente. Nota-se com esse episódio que a disputa pela direção da ASPRABAB tornou o clima bastante tenso. A orientação dada pelo grupo do mutirão aos membros e simpatizantes é que, após o resultado - em que achavam que sairiam vencedores com uma diferença bastante apertada - não houvesse comemorações no assentamento para manter a segurança de todos, já que os ânimos estavam bastante exaltados.

³⁶ Além destes existem aqueles que fazem parte do grupo do mutirão ou apenas participam de algumas atividades coletivas mas que não têm relação de parentesco com ninguém. São eles: Raimundinho, Pau Podre e o Antônio Pereira da Silva (Conde), todos os membros; João, Francisco José da Silva (Chico Felix), Almir de Souza Carvalho (Almir) e Antônio do Socorro (Piranga), todos participantes.

Por vários anos os líderes do Grupo do Mutirão estiveram também na direção da associação. A disputa pelo poder veio com o passar do tempo se tornando cada vez mais evidente à medida que as conquistas ocorriam. Apesar do ambiente de relativo conflito desta disputa pela liderança política do PA, há iniciativas em busca de parcerias para fortalecer uma estratégia para o desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas. Atualmente se tem investimento em parcerias com instituições, como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Florestal da Amazônia Oriental (EMBRAPA); a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); a Universidade Federal do Pará (UFPA); o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA campus Castanhal); e com ONGs (Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia - GTNA, Centro de Pesquisa Florestal Internacional – CIFOR, e IAAM), no intuito de construir alternativas de sistemas de produção que estejam intimamente relacionados à preservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida de todas as famílias que ali residem.

5.4 O PASTO COLETIVO: UMA EXPERIENCIA DE GESTÃO COLETIVA EM UM ASSENTAMENTO RURAL

A área de 900ha (ver figura 7) de pasto de domínio e gerência da APRABAB³⁷ desde a constituição do PA foi alugada para um grupo de pecuarista das proximidades para a criação de gado, permanecendo assim até as eleições de 2001 para a presidência da APRABAB. Após as eleições de 2001, na qual o Sr. Chico Anjo e o Sr. Gordo foram eleitos como presidente e vice-presidente, respectivamente, foram desenvolvidos projetos de criação de gado pelos assentados que, a partir do ano seguinte, começaram a ser realizados. Era uma estratégia de ocupar aquela área de 900 ha de pasto e de diminuir a presença dos fazendeiros no assentamento. Assim, novos modos de apropriação e uso do pasto foram experimentados: o uso e a gestão de um bem coletivo no PA BAB.

³⁷ Quando foi criado o assentamento, a área de pasto já estava implantada. Num acordo entre INCRA e assentados, nenhuma família foi assentada naquela área de pasto, que foi desde então gerenciada pela associação.



FIGURA 07: Área de 900 ha de pasto gerenciado coletivamente pela APRABAB

Sobre esta experiência de gestão comunitária ou comunal de um bem de produção, uma visão teórica é apoiada pela argumentação da "tragédia dos comuns" (HARDIR, 1968), segundo a qual o acesso coletivo aos recursos naturais levaria à inevitável destruição dos bens naturais. Essa questão envolve não somente o uso comum dos recursos naturais, mas também discussões envolvendo tanto a sustentabilidade de exploração desses recursos, como o surgimento de diferentes iniciativas locais de desenvolvimento que buscam incorporar ações participativas, saberes e aspirações das populações envolvidas, visando alcançar uma situação de mínima diferença na participação, na constituição, gestão e divisão dos bens de produção implementado na proposta. Veiga (2003) alerta que é importante entender primeiramente as lógicas de uso dos recursos naturais pelas populações locais, visto que uma participação realmente efetiva das mesmas necessariamente passa por um processo de reconhecimento de seus saberes, visando à fundação de um processo dialógico na construção de propostas de desenvolvimento.

Em outubro de 2003 ocorreram novas eleições da associação, sendo eleito como presidente o Sr. Gordo e como vice o Sr. Louro, ocasião em que o Grupo do Mutirão já detinha maior influência na diretoria da APRABAB. A partir daí as ações, para diminuir a área de pasto destinada ao gado dos fazendeiros foram intensificadas, tendo como resultado a redução de 40% da área arrendada. Essas ações prosseguiram e cada vez mais áreas de pasto foram destinadas ao gado dos assentados.

No final do ano de 2005, com a aprovação dos 30 projetos de gado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), houve um aumento significativo na quantidade desses animais na área de pasto da associação. No início

de 2006, após ter decidido vender o trator da associação, investiu-se na compra de mais cabeças de gado e de sal mineral, aumentando com isso o rebanho no pasto coletivo e reduzindo ainda mais a área alugada aos fazendeiros. Com essa aquisição iniciou-se a gestão das primeiras cabeças de gado da associação. Diante da evolução do rebanho dos assentados possuído de forma individual e coletivamente, no início do verão de 2008, o aluguel do pasto para os fazendeiros terminou. Com relação ao pagamento do aluguel da área de pasto um entrevistado relatou que:

“[...] o dinheiro obtido do aluguel das ‘mangas’ aos fazendeiros era revertido para a manutenção geral das cercas, cochos, curral etc e a manutenção do pasto. O mutirão entrava (manutenção) nas mangas que tava o gado da associação. Nas mangas dos assentados cada família cuidava da sua manga cerca de 3 a 4 agricultores por mangas” (Edmilson Lima Andrade, 47 anos, morador do PA. Trabalho de campo, 2009).

Os recursos de propriedade comum podem incluir florestas, pastagens, solos para agricultura, corpos d’água ou fauna e outros, aqui compreendidos enquanto recursos naturais, de acordo com Feeny et al. (2001). Eles possuem duas características importantes: uma referente ao caráter de exclusividade, isto é, o controle do acesso aos recursos (podendo levar à exclusão de indivíduos usuários em potencial) e outra referente à subtração, isto é, “à capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro” (Feeny et. al., 2001, p.19). Com relação à categoria de propriedade comunal, Diegues (2001) observa que no Brasil são encontradas diferentes formas comunais de acesso a recursos naturais e que “foram desconsideradas e até ignoradas pelas formas de apropriação dominantes, seja pela grande propriedade privada seja pela pública”.

Temple (1998) identifica a repartição de recursos comuns enquanto uma estrutura de reciprocidade terciária, gerando relações em que são produzidas como resultado indireto a justiça e a confiança entre as partes, advindas da responsabilidade de equilíbrio das dídivas. Portanto, ver o processo de usufruto comum dos recursos (muito mais no sentido do compartilhamento dos recursos, do que da sua divisão, como alerta SABOURIN, 2005a) como um aspecto resultante e ao mesmo tempo gerador de dídivas e de reciprocidade, contribui para aumentar a nossa compreensão acerca das lógicas locais e das coesões sociais que os recursos de uso comum acabam por fortalecer e/ou ampliar.

O relato a seguir é de um entrevistado que nos revela a lógica do uso comum do pasto:

“O dinheiro do aluguel ia para a associação fazer a manutenção das cercas, cocho, curral, a evolução do rebanho. O lucro dos assentados era para pagar as parcelas dos projetos e para o sustento das famílias. Quem não tinha projeto, mas tinha gado, o seu lucro era só para o sustento de sua família. Já o gado da associação, com sua evolução, o lucro ia para pagar o projeto coletivo de gado junto ao BASA³⁸” (Raimundo de Vasconcelos Cunha, 43 anos, morador do PA. Trabalho de campo, 2009).

Esse cenário modifica-se no final de 2008 após a saída do Sr. Louro³⁹ da presidência da associação, devido a uma enfermidade que lhe acometera. No momento da saída dele, a nova diretoria da associação vendeu todo o seu gado, e o dinheiro obtido dessa venda serviu para quitar o débito do projeto coletivo do PROCERA (trato, caminhão e máquina de arroz) junto ao BASA, financiado em 1995. Neste momento decidiu-se vender também o caminhão da associação.

É importante destacar que a venda do gado da associação levou a duas consequências graves. A atuação da APRABAB em relação à utilização da área do pasto foi fragilizada, uma vez que seu rebanho foi vendido e, portanto, a área desprovida de uso poderia ser novamente alocada para aluguel por fazendeiros. A outra consequência se deu no plano político, e esta de forma mais incisiva fragilizou o seu controle.

Até o início de 2009, havia na área de pasto apenas o gado dos assentados. Nota-se que a associação, por não ter mais gado nessa área, deixou de administrar ou controlar efetivamente a área e, desde então, não planejou nem executou mais ações destinadas ao pasto, apenas manteve as áreas em que os agricultores responsáveis pelas mangas mantinham o gado deles. Nesse contexto, novas disputas pela área, incentivadas por novos e antigos grupos de dentro do assentamento e de suas proximidades.

Um fato importante ocorreu em 2007 quando um fazendeiro adentrou e inseriu-se no PA por meio da compra de um lote, e em seguida associou-se na APRABAB, apesar disto ter sido motivo de desacordo entre a diretoria desta associação. Esse fato culminou numa maior tensão e rixa entre grupos e fazendeiros das proximidades, acirrando assim ainda mais a disputa entre os grupos do PA pela “direção do movimento”. Sendo os opositores do Grupo do Mutirão apoiados pelo STR do Acará e pelo INCRA. Nesse processo de disputa identificam-se quatro grupos, segundo os interesses específicos de cada um. Ver o Quadro 7:

³⁸ Banco da Amazônia S. A.

³⁹ Uma das principais direções do assentamento, e um dos idealizadores do mutirão no BAB, desde sua criação.

GRUPO	INTERESSE
Fazendeiros das proximidades	Ocupar o pasto com o gado
Grupo do Mutirão	Uso coletivo para os assentados
Outros assentados	Desarticulados
Grupo de assentado	Uso privado – domínio individual
Um Fazendeiro que se instalou no BAB	Mercado de terras – plantio de dendê

Quadro 07: Grupos existentes na disputa pela área de pasto

Nos anos 2008 e 2009, a Biopalma⁴⁰ (agora representada pela empresa Biovale⁴¹) passou a comprar várias propriedades da região, nos municípios do Acará, Concórdia do Pará e Bujaru, e com isto diminuiu drasticamente a oferta de área de pasto aos fazendeiros que, em seguida, começaram a exercer maior pressão pela utilização daquela área de pasto da associação, cuja localização nas margens da PA - 252 é bastante estratégica. O fato de esta rodovia ser asfaltada gera um grande interesse por parte da empresa Biovale, responsável pelo plantio do dendê na região.

Na disputa da diretoria da associação, o STR do Acará, através do seu delegado sindical, fortaleceu a ação de um pequeno grupo de assentados que tinha interesse em transformar a área de pasto coletivo em área particular, para se apropriar de parte da área, bem como desarticular com isso as ações do grupo do mutirão e diminuir a possibilidade de que a APRABAB retomasse o controle nessa área. A diretoria deste STR acreditava que dessa forma fragilizaria as possíveis investidas do Grupo do Mutirão nas eleições que seriam realizadas em outubro de 2009.

Diante desse contexto, em julho de 2009, a área de pasto em questão foi ocupada por cerca de 30 famílias organizadas por aquele pequeno grupo com apoio do STR, da prefeitura do município do Acará, do INCRA e do fazendeiro que se instalara no PA. Segundo os relatos, há indícios de que alguns pistoleiros integraram o grupo de famílias nesta ocupação, a mando de fazendeiros das proximidades. Por causa disso, os assentados retiraram o gado daquela área sem resistência, pois temiam a ação dos pistoleiros.

O momento vivenciado no PA BAB pode ser considerado um marco na história deste assentamento e crucial para a permanência e controle do pasto coletivo e, para

⁴⁰ Empresa produtora de dendê na região.

⁴¹ Consórcio formada pelas empresas Biopalma e Vale do Rio Doce.

reestruturação do Grupo do Mutirão. Cabe aos grupos, nesta nova fase, reacender a organização no assentamento e fazer frente ao processo de ocupação do pasto. Várias tentativas de negociação têm sido feitas pela associação junto ao INCRA e Ministério Público Federal, na tentativa de reaver a área do pasto coletivo. Essa situação, apesar de conflituosa, tem motivado reuniões do grupo do mutirão e da associação envolvendo mais famílias, que não apenas as que faziam parte do grupo do mutirão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOTAS CONCLUSIVAS

A participação efetiva dos assentados do projeto de assentamento da reforma agrária Benedito Alves Bandeira (PA BAB), no município do Acará, Estado do Pará (PA BAB) na prática do mutirão e na Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB) permite fazer uma reflexão acerca do engajamento desses agricultores e de suas famílias para alcançar objetivos comuns. Este estudo mostrou uma forma peculiar de ação coletiva, em que os membros engajados na prática de mutirão assumem a direção da associação que é o espaço das decisões políticas do universo dos assentados. Esse grupo, denominado Grupo do Mutirão, é composto por cerca de 10% do total dos assentados do PA BAB e é caracterizado pela prática da reciprocidade. Neste caso, a reciprocidade fundamenta o mutirão, que é entendido como uma troca voluntária, e ao mesmo tempo obrigatória, de dias trabalhados, sem que seja estabelecido valor de equivalência de mercado.

Para isso contribuiu que a construção e a gestão da organização parte do interesse e da vontade dos membros do grupo, ou seja, dos seus associados, que usufruíram dos benefícios conquistados. No caso do assentamento estudado, os agricultores participaram no grupo do mutirão não somente em situações desfavoráveis do ponto de vista econômico ou social, mas também para o exercício da solidariedade e ajuda mútua, como no caso do auxílio aos doentes. Assim, um dos aspectos estudados neste trabalho é a existência de organizações e práticas coletivas não voltadas unicamente para a lógica utilitarista do mercado (a exemplo do manejo comum do pasto) e o fenômeno da reciprocidade que potencializa valores importantes, como a solidariedade e a confiança, a partir da mobilização dos recursos existentes na comunidade.

Nota-se que, na efetivação das ações construídas de forma coletiva e participativa pelos assentados, a estratégia da reciprocidade constituiu-se como o principal elemento para promover o fortalecimento do grupo, mesmo que a participação não tenha alcançado a grande maioria dos assentados por motivos que bem explica Olson (1998). Entretanto a metodologia usada, tanto pelo grupo do mutirão, quanto pela APRABAB, promoveu a participação e o crescimento institucional e favoreceu a execução efetiva das ações.

O mutirão tornou-se extremamente relevante para a realização do cultivo (roça) e da diversificação da produção. Percebeu-se ainda durante a realização da pesquisa que a

produção agropecuária dos participantes do grupo do mutirão é eminentemente uma atividade familiar.

Recentemente, houve uma mudança na perspectiva e estratégias dos agricultores desse grupo, que se tornaram os principais opositores a novas aquisições de gado, e com isso constituem uma resistência para o avanço da pecuária no assentamento, e, também do monocultivo de dendê.

Atualmente, no grupo do mutirão existe consenso de que é necessária a diversificação da produção como também novas alternativas de renda para as famílias dos agricultores desse PA, que têm tido dificuldade na obtenção de resultados econômicos satisfatórios para garantir sua reprodução social a partir da atual matriz produtiva, baseada fundamentalmente no monocultivo e no pasto. Essa mudança ocorreu principalmente em virtude das condições ambientais e “conjunturais” no presente.

Como mostrou o conflito em torno do pasto coletivo, o uso comum dos recursos naturais por grupos de agricultores em área de assentamento tem na reciprocidade um elemento indispensável para manter a coesão social desses grupos (Sabourin, 2003). No caso do BAB, o manejo comunitário de bens e recursos coletivos (pasto, sede da associação, etc), foi marcado pela integração da ação do mutirão (gestão dos bens de produção) com a ação política da associação (gestão coletiva do assentamento).

No PA aqui estudado, o planejamento e a execução de todas as atividades do mutirão nos lotes são realizados de forma coletiva, respeitando a história de vida diversificada dos assentados que participam do mutirão. As tarefas do mutirão nos lotes são definidos de acordo com a necessidade do dono do lote, ou seja, as estratégias de cada família são respeitadas e apoiadas pelo coletivo, diferente da prática de ação coletiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do cooperativismo (coletivização forçada) introduzido nos países do "socialismo real". Pode-se concluir que a organização dos agricultores em torno de práticas coletivas não pode ser considerada como a solução para todos os problemas dos assentamentos rurais, mas pode ser uma estratégia viável para a construção das ações quando se observa a: composição de experiências de vida trazida por cada indivíduo para este novo processo de interação social que são, em suma, os assentamentos de reforma agrária (LACERDA; MALAGODI 2007, p. 6).

Enquanto muitos estudos sobre assentamento de reforma agrária se preocupam com a resistência dos assentados contra práticas coletivas, essa experiência mostrou aceitação de um grupo para trabalhar em regime de mutirão (trabalho coletivo) para produção agropecuária. Nesta experiência foram identificados os seguintes fatores determinantes para o

sucesso da prática: a) um preparo anterior dos líderes pela Igreja Católica; b) a realização voluntária da atividade; c) a administração das atividades do mutirão pelo dono do lote; d) as regras são definidas pelos próprios usuários e; e) o tamanho do grupo relativamente pequeno. Destaca-se que essa experiência de trabalhar os lotes de forma coletiva tem orientado as ações da associação, cujas reuniões acontecem de forma rotativa nas casas em que são realizados os mutirões.

Nessas reuniões, os membros do grupo de mutirão não refletem somente sobre os problemas inerentes ao lote agrícola, mas também questões de cunho mais geral como, o contexto da realidade local, a conjuntura política do assentamento ou a política nacional de crédito rural, fonte de dificuldades enfrentadas pelos assentados. Estes debates preparam o grupo para conquistar, em vários momentos, a direção da APRABAB e, nesta função, resolver questões de ordem mais geral do assentamento, como saúde, educação, e crédito. Na direção da associação, o grupo do mutirão respem que a diversas funções com diferentes níveis de responsabilidade. Entretanto a forma de encaminhamento é a mesma, em todas as atividades, há divisão de tarefas entre todos que participam da reunião, há compromisso e responsabilidade com o coletivo como um todo. Vale destacar que existe um sistema de monitoramento dessas atividades que é semanal, ou seja, em todas as reuniões da associação e do mutirão (que acabam acontecendo juntas).

Nota-se ainda que este estudo ajudou a compreender as interações complexas no interior das organizações, em que se tornou indispensável a identificação de cada ator envolvido e seu papel, seu engajamento, a relação com os líderes e os problemas enfrentados. Para isso o estudo da ação coletiva, tratada neste estudo, orientou o olhar da pesquisa não apenas para os enfrentamentos e a defesa de interesses dos agricultores do PA BAB, mas também para a compreensão das estratégias individuais e coletivas, manifestadas no grupo do mutirão e na APRABAB. As estratégias constituídas pelos líderes desse grupo aumentam a capacidade de envolver o grupo e outros assentados em atividades de interesse coletivo, mesmo que em momentos anteriores tenha havido discordância desses assentados com a direção. Foi possível observar a resistência do grupo do mutirão frente a investidas de atores externos como representantes das prefeituras de Acará e Concórdia, da empresa Biovale e fazendeiros da região, quando queriam se apropriar de um bem coletivo.

Observa-se que o fenômeno da reciprocidade se manifestou no caso do BAB, nesses momentos de disputa e conflito, na inversão dos interesses individuais em favor do coletivo, superando o individualismo e criando um espaço político (momentos de discussão) favorável para aumentar e desenvolver a capacidade de atuar coletivamente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Representação e inovação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1., 2005. Brasília –DF. **Anais...** Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf, 2005. P 25-29.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa:** o sudoeste paranaense. 1981. 306 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 1981.

ARAÚJO, Silvia Maria de. Ação coletiva: equívocos interpretativos. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERTHESES**, v. 3, n.1. 2006.

ARAUJO, Tiago Carvalho A. de et al. A organização social da agricultura familiar do projeto Jaíba-Mg como desafio para o desenvolvimento local sustentável. In: CONGRESSO DA SOBER, 14., 2007. Londrina-PR. **Anais...**Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994. p.117-133.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de, et al..“**Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar”. São Paulo: Edunesp, 1994.

BOLTANSKI, L. **L’amour et la justice comme compétences:** trois essais de sociologie de l’action. Paris: Métailié, 1990. p. 213-234.

BOUDON, Raymond e BAECHLER, J et all (colab). **Tratado de sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995. 604 p.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom. **Revista Mana: estudos de antropologia social**. v.2, n. 2. 1996b. p. 7-20.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996a. p. 1-156. 4. ed.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Assentamento Sepé Tiajuru: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 53-106.

BRUNO, Regina Ângela Landin. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997. 160p.

BUANAIN, A. M., SILVEIRA, J. M.; TEÓFILO, E. (1998). **Reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações e necessidades possíveis**. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/estudos>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

CAILLÉ, Alain. A dádiva das palavras – O que dizer pretende dar; Dádiva e Associação. In: MARTINS, P. H. (org.) **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002b. p. 99-135.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38. 1998. p. 5-38.

CAILLÉ, Alain. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. **Revista Sociedade e Estado**. v. 16, n. 1-2. 2002a. p. 26-56.

CARDOSO, Denis, TAVARES, Francinei Bentes. Reciprocidade e Uso Comum dos Recursos Naturais em Comunidades Rurais. In: **ENCONTRO DA ANPPAS**, 3., 2006,

Brasília.-DF. **Anais...**Brasília: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade 2006.

CASTELLS, Manoel. O Poder da Identidade. In:_____ **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. v.2.

CASTRO, Márcio H., CARVALHO, Mônica E., OTÁVIO, Luciano. Reforma Agrária. um estudo preliminar. **Revista Reforma Agrária**, v.18, n.1. 1988

CHAYANOV. A.V. **La organizacioan de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT**: pastoral e compromisso. Petrópolis: Vozes, 1983.

CROWE, Beryl L. The tragedy of the commons revisited. **Science**, v. 166, n. 3909. 1969. p. 68-80.

DARRE, Jean Pierre. La production de connaissances dans les groupes locaux des agriculteurs. **Agriscopie**, n. 7. 1986. p 24-35.

Departamento de Estudos Sócio-Econômicos. In:_____ Boletim. Disponível em <<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

ENGELS, F. O problema camponês da França e na Alemanha. In: SILVA, José Graciano da.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. Trad. Sandra Brizolla. São Paulo: brasiliense, 1981. 59-80.

Evolução da concepção da cooperação agrícola do MST (1989-1999). In:_____. **Caderno de cooperação agrícola**, n. 08. São Paulo, 1999.

FAILLA, Paula Renata P. **Direito coletivo e a reforma agrária no Brasil**. Estudos jurídicos diversos, Disponível em: <http://blog.clickgratis.com.br/PaolaFailla27/237820>. Acesso em: 02 abr. 2009.

FEENY, D. ; et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: Diegues, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

FORTALECER agricultura familiar garante segurança alimentar. In:_____. **Fome Zero**. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/fortalecer-agricultura-familiar-garante-seguranca-alimentar/?searchterm=mds>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

FRIEDBERG, E. Organização. In: BOUDON, Raymond (Dir.). **Tratado de sociologia**. Trad. de Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995. p. 375-412.

GALIZONI, F. M.; et al. Águas comunitárias no Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais. **Cadernos do CEAS**, v.209. Salvador, 2004. p.31-51.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. Família e ambiente: a herança da terra no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000. Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Rio de Janeiro : IRSA/SOBER, 2000. 15 p.

GIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GONZALES, R. Esperanza. **Manual sobre participação e organização para a gestão local**. Cali: Foro Nacional por Colômbia, 1995. 137p.

GORGEN, F. S. A.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Assentamentos**: respostas econômicas da reforma agrária. Petrópolis: vozes, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. **Agroanalysis**, v. 16, n. 3. Rio de Janeiro, 1996. p. 8-11.

HEGEDUS, A. A. A questão agrária. In: HOSBSBAWM, E. (Org.) **História do marxismo IV: O marxismo na época da Segunda Internacional**. 2. ed. Trad. Luiz Sergio N. Henriques et al. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1986. p. 149-171.

HURTIENNE, T. A. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. **Revista Econômica do Nordeste**, n. 30. 1999. p. 442-467.

INSTITUTO AGROECOLOGICO DA AMAZÔNIA. **Relatório do convênio de Assistência Técnica e Extensão Rural, convênio Instituto de colonização e Reforma Agrária**. Belém: IAAM/INCRA 2004.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Desafios de um processo em construção. Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco, 1998. 316p.

LACERDA, A. G.; MALAGODI, E. Formas de cooperação e reforma agrária. In: ENCONTRO DA REDE RURAL, 2., 2007, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...**Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, n. 14. 2000. p.173-194.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Abril cultura - Os Economistas, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**, v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 1-36.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Les structures élémentaires de la parenté** : les cycles de la réciprocité. La Haye: Mouton, 1967. cap. 27.

MANN, Peter Henry. Método científico em sociologia. In. MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1973. p. 21-61 e 89- 107.

MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **El campesinato como classe**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. v. 2. p. 143-279.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 339-372. 2. ed.

MEDEIROS, Leonilde et al. (Orgs). **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: ed. UNESP, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servólo; ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de et al. (Orgs.) **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994. p. 11-26

MEDEIROS, Leonilde Servólo; LEITE, Sergio Pereira. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 152-176.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al.. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n.3. Rio de Janeiro, 1993. p. 239-262.

MOREIRA, Liliane Freitas Costa. **Diagnóstico sócio-econômico-ambiental do projeto de assentamento P.A. Calmaria II- Moju / Nordeste Paraense**. Projeto Adoção de Práticas de Manejo Florestal Comunitário (MFC) em Áreas de Assentamentos Rurais na Amazônia. Belém: GTNA, 2005.

MOREIRA, Liliane Freitas Costa. **Do comum ao privado**: as transformações quanto aos principais usos da Floresta na Comunidade Santa Maria assentamento Olho D'Água II, Município de Moju/PA. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, 2009.

MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Formação MST**, n.20. São Paulo: MST, 1993.

NORDER, Luiz A. C. **Políticas de assentamento e localidade**: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil. Wageningen Universiteit, 2004.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: Medeiros, Leonilde et al (Orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 177-1983.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo : Atica,1986.

OLSON, Mancur (1965). **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

PASQUIS, Richard et al.. Reforma agrária na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1. Brasília, 2005. p. 83-96.

PEREIRA, Airton dos Reis. A igreja católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: mediação e conflito na Região Araguaia paraense. **Ruris**, v. 2, n. 2, 2008.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2005, Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre: GEPAD / PGDR / UFRGS, 2005. 25 p. 1 CD-ROM.

ROMEIRO, Ademar Guanziroli C.; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. 2.ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 11., 2003, Aracaju-SE. **Anais...** Aracaju: CISO, 2003. 25 p.

SABOURIN, Eric. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte – MG. **Anais...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. 20 p.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Revista Raízes**, ano 18, n. 20. 1999. p. 41 – 49

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção**. 3. ed. São Paulo Hucitec, 1999.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J.F. da. Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília.-DF: **Anais..** Brasília: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006.

SCHMITZ, Heribert et al.. Ação coletiva com fins econômico: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO , 7., 2007, Fortaleza-CE. **Anais...** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Sistema de Produção, 2007. CD

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, nº. 51. São Paulo: 2003.

SINGER. Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boa ventura (Org). **Produzir para Viver: os caminhos da produção capitalista**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 2002.

SISTEMA Cooperativas dos Assentados. 2 ed. **Caderno de cooperação**, n. 5. São Paulo: Concrab, 1998.

SODERO, Fernando Pereira, **Direito Agrário e Reforma Agrária**, 2. ed. - Revistado e atualizado por Fernando Pereira Sodero Filho, Florianópolis: Editora OAB/SC, 2006;

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e letras Editora e gráfica, 2003

TEMPLE, D. Les structures élémentaires de la reciprocité. **La Revue du M.A.U.S.S.**, v. 2, n. 12. 1998. p. 234-242.

TEMPLE, D. **Reciprocité et valeur**. Disponível em: <<http://dominique.temple.chez.tiscali.fr>>. Acesso em: 09 outubro de 2005.